ANO 20 – Nº 55 – R$ 7,50 – JUN/JUL/AGO-2006

Debate Sindical

ECONOMIA

As horas extras e a exploração do trabalho no Brasil

TRABALHO

As causas das demissões e da barbárie na Volks

INTERNACIONAL

A luta contra a precarização do trabalho na França

A plataforma democrática dos trabalhadores

OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

OLINDA, AGORA, É COMO O BRASIL. É DA GENTE.

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade

PREFEITURA POPULAR

ÍNDICE

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).
Sede:
Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 933, conj. 209, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01317-001, fone/fax: (11) 3106-0700
Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Editor:
Altamiro Borges

Conselho de Redação:
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Cláudio Gonzalez
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Osvaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial:
Armando Boito
César Benjamin
Décio Saes
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luis Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianei Martins
Wagner Gomes

Capa:
Foto de Ichiro Guerra

Ilustrações:
Marcio Baraldi

Revisão:
Marcia Almeida

Editoração eletrônica:
Sandra Luiz Alves

Impressão e acabamento:
Editora Parma Ltda

4 **Barrar o retrocesso e avançar nas mudanças**
ALTAMIRO BORGES

6 **A plataforma democrática dos trabalhadores**

10 **Os gastos sociais e o mundo do trabalho**
COLUNA: MARCIO POCHMANN

11 **Hora extra e exploração no Brasil**
UMBERTO MARTINS

16 **As relações de trabalho na indústria automobilística**
NILTON VASCONCELOS

18 **Volks: lucro, demissões e barbárie**
ALTAMIRO BORGES

22 **O Super Simples e a precarização**
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ

23 **A unidade real na campanha dos bancários**
EDUARDO NAVARRO

25 **Campanha salarial classista: o que fazer?**
AUGUSTO PETTA

28 **As políticas públicas para a juventude**
JULIO CÉSAR CAMPANO

32 **Na busca de alternativas viáveis para o Brasil**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

33 **A "doença argentina" e as galinhas brasileiras**
JOSÉ LUÍS FIORI

35 **A luta contra a precarização trabalhista na França**
MARCO AURÉLIO SANTANA

38 **A democracia burguesa e a luta dos trabalhadores**
AUGUSTO BUONICORE

42 **A violência urbana e os servidores públicos**
COLUNA: HERVAL PINA RIBEIRO

43 **Uma proposta para o desenvolvimento rural**
ITAMAR CAVALCANTE

47 **Dicas de filmes e de páginas da internet**
MÔNICA SIMIONI/CLÁUDIO GONZALEZ

48 **Resenhas de livros**

50 **O que devemos esperar da CUT?**
OPINIÃO: WAGNER GOMES

Barrar o retrocesso e

ALTAMIRO BORGES

A disputa presidencial chega a sua fase decisiva com os campos nitidamente demarcados. De um lado, o presidente Lula, candidato à reeleição da coligação "A força do povo" (PT, PCdoB e PRB), aparece como franco favorito em todas as sondagens eleitorais. Apesar das limitações e erros do seu primeiro mandato, o povo – em especial, os segmentos mais carentes – mantém a esperança de mudanças no atual governo, enxerga nele o esforço em priorizar as questões sociais, em democratizar as relações com os movimentos populares, em adotar uma política soberana diante das potências capitalistas. Todo o bombardeio da mídia e da oposição de direita, tentando cunhá-lo de corrupto, parece não colar na imagem do presidente Lula.

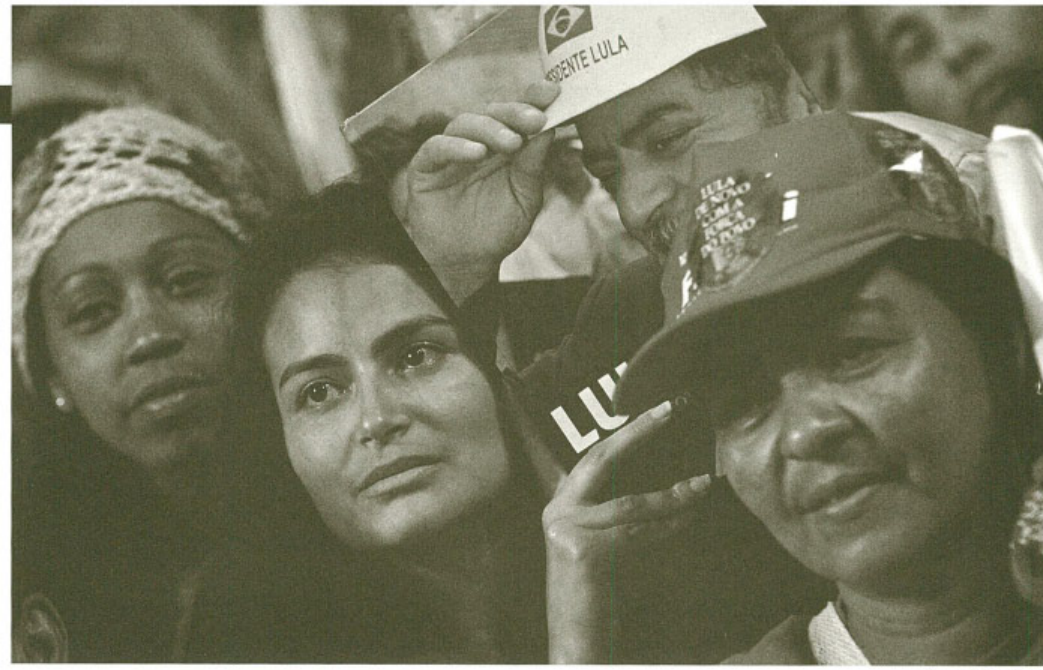
Do outro lado, o rejeitado Geraldo Alckmin, seguidor da seita fascista Opus Dei e adepto de um programa ultraliberal de governo, que conta com o apoio dos rentistas e privatistas "modernos" do PSDB, da velha oligarquia do PFL e dos trânsfugas do PPS. A sua candidatura prega a redução do papel do Estado, com o corte nos programas sociais e a demissão de servidores públicos; a privatização de estatais, com a entrega do que eles chamam de "jóias da coroa" (Petrobras, Banco do Brasil, CEF e as geradoras de energia); a retomada das negociações da Alca, via alinhamento automático com os EUA e o fim da diplomacia Sul-Sul; a flexibilização trabalhista, com a prevalência do negociado sobre o legislado; e a criminalização dos movimentos sociais, rompendo o diálogo com os sindicatos e reprimindo "os bandidos do MST".

Há ainda um bloco intermediário, representado pelos candidatos Cristovam Buarque e Heloísa Helena, que tenta se apresentar como terceira via. Ambos centram seus ataques no presidente Lula e suavizam as críticas ao representante da oposição liberal-conservadora. No caso da candidatura do PSOL, ela teve uma certa ascensão nas pesquisas, aproveitando-se da generosa exposição da mídia, o que alimentou o sonho da direita de viabilizar o segundo turno da sucessão presidencial. Há, entretanto, problemas neste campo. Como sintetizou o sociólogo Emir Sader, este partido é "um estranho casamento da eleitoralismo e ultra-esquerdismo". A tentativa de Heloísa Helena de adocicar seu discurso, visando atrair as camadas médias, logo sofreu duras críticas do interior do seu partido e das forças coligadas – em especial, do PSTU.

RUMO E PRUMO

Diante deste quadro de disputa tão cristalizado, o sindicalismo tem enormes desafios. Concentrando suas energias nesta batalha política e evitando desperdiçar forças nas lutas economicistas e corporativistas do cotidiano, ele deve colocar como prioridade máxima a derrota do projeto da

Disputa presidencial é decisiva para o futuro da luta dos trabalhadores



Fotos: Ichiro Guerra

avançar nas mudanças

direita. A revanche neoliberal neste momento seria uma tragédia para os trabalhadores brasileiros e para os povos latino-americanos. Ela colocaria em risco os poucos direitos trabalhistas que ainda restam, daria impulso à ofensiva mundial de criminalização dos movimentos sociais e abortaria todo o esforço do atual governo de maior integração da América Latina como forma de se contrapor à política expansionista dos EUA. Não é para menos que Hugo Chávez, Fidel Castro e Evo Morales, entre outros presidentes latino-americanos, apostam sua fichas na reeleição de Lula como indispensável para a construção deste bloco regional de poder.

Além do esforço para barrar o retrocesso da direita neoliberal, o sindicalismo deve contribuir para que um segundo mandato do presidente Lula avance no rumo das mudanças. Há consenso de que o seu primeiro governo representou uma histórica vitória dos trabalhadores e que promoveu expressivos avanços sociais e políticos. Em todos os quesitos, ele dá de goleada no triste reinado de FHC. Apesar disto, o sindicalismo tem consciência de que esta experiência inédita também esbarrou em muitas limitações e cometeu vários erros – em especial, ao tentar conciliar com as elites dominantes, ao não enfrentar a ditadura do capital financeiro e ao subestimar a capacidade da pressão social.

Num primeiro momento, a pressão do poder econômico foi violenta no sentido de enquadrar e domesticar o governo Lula. Num segundo, as elites investiram abertamente na tática golpista de "sangrar" e derrotar o bloco democrático-popular. A vida demonstra que hoje não basta eleger governos progressistas, que é preciso pressioná-los e contribuir ativamente com as mudanças, evitando que os eleitos se tornem reféns do poder econômico. Nesta primeira experiência de um governo nascido das lutas sociais, o sindicalismo não cumpriu a contento este papel. Ele resvalou em dois extremos negativos – o da passividade acrítica e o do voluntarismo esquerdista. Ele poderá ter agora uma segunda chance para corrigir o rumo e o prumo!

Neste sentido, é positiva a iniciativa da CUT de apresentar a "plataforma democrática dos trabalhadores" com as principais reivindicações do movimento sindical. Ao mesmo tempo em que explicita que o seu objetivo maior é evitar o retrocesso da direita, a principal central sindical brasileira não assina um cheque em branco e formula suas propostas para o provável segundo mandato do presidente Lula. Ela reivindica que se avance no rumo das mudanças, viabilizando a transição do modelo neoliberal para o novo projeto de desenvolvimento nacional com valorização do trabalho e inclusão social.

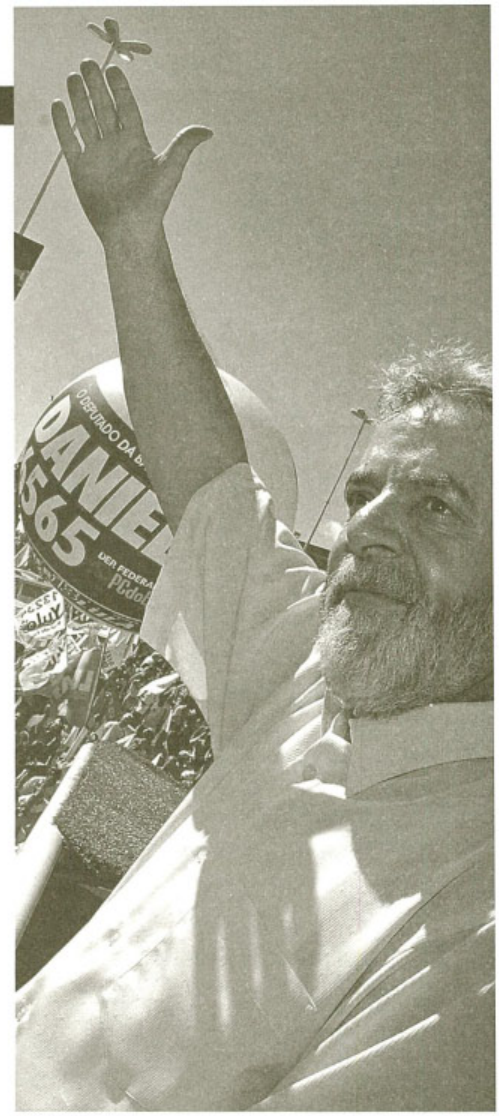
Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical

A plataforma democrática

Fotos: Ichiro Guerra

Eleita no 9º Congresso da CUT, a nova executiva da maior central sindical brasileira aprovou em sua primeira reunião um documento intitulado "para impedir o retrocesso e avançar nas mudanças, reeleger Lula presidente". O texto faz um balanço crítico do atual governo e reafirma as posições do Concut frente às eleições de 2006. "O centro da nossa tática combina duas tarefas imbricadas entre si: impedir o retrocesso (o que aconteceria com a vitória da candidatura do PSDB-PFL) e apoiar a reeleição do presidente Lula na perspectiva do avanço no projeto democrático-popular". Com base nesses objetivos, apresenta a "plataforma democrática da classe trabalhadora", que reproduzimos na íntegra:

dos trabalhadores



A Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora aponta elementos essenciais para a construção de um Projeto Nacional antineoliberal e antiimperialista, que mobilize amplas forças políticas e sociais fundamentais para fazer avançar a luta do povo brasileiro pelas transformações do país, a partir de quatro eixos essenciais, que são:

I) PROJETO NACIONAL PARA A JUSTIÇA SOCIAL E A SOBERANIA NACIONAL.

Em primeiro lugar, reafirmamos a necessidade do fortalecimento do papel do Estado como elemento indutor do desenvolvimento, sem o que a economia nacional vira presa fácil da ação dos cartéis estrangeiros e de sua lógica excludente.

Defendemos mudanças na política econômica, com redução dos juros e do elevado superávit primário. Estancar essa sangria é fundamental para o fortalecimento e ampliação dos programas sociais, investindo pesado na melhoria da saúde e educação pública em qualidade; na infra-estrutura; na geração de emprego e renda. E não admitimos projetos de lei que flexibilizam direitos dos trabalhadores, privatizações e nem uma nova reforma da previdência social que retire direitos duramente adquiridos.

O fortalecimento da nossa unidade e a afirmação da nossa soberania se contrapõem à submissão e à anexação propostas pela ALCA, morta e enterrada pela unidade popular com os governos progressistas em Mar del Plata. Por isso, é preciso avançar ainda mais no fortalecimento das relações com os demais países da América Latina e da América do Sul, por meio de processos de integração soberana e solidária, em suas múltiplas dimensões: política, institucional, energética, física, comercial, ambiental, científica, tecnológica, cultural e social; no fortalecimento do Mercosul como também com os países do sul do mundo. Só assim, venceremos os desafios do mundo atual.

2) PELO DESENVOLVIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.

O foco deve ser o incentivo à produção e ao emprego. Para tanto, propomos:

- Implementação de uma política de redução do superávit fiscal e das taxas de juros para ampliar o crescimento econômico e garantir distribuição de renda;

- Ampliação e democratização do Conselho Monetário Nacional, incluindo representantes dos trabalhadores (as) e de outros setores produtivos;

- Fixação de política de valorização do salário mínimo de longo prazo a partir das discussões da Comissão tripartite;

- Estabelecimento de meta anual de crescimento e emprego (com a mesma importância e centralidade das metas de inflação para as políticas governamentais);

- Atualização anual da tabela de imposto de renda, com a recuperação dos reajustes do período em que a tabela ficou "congelada";

- Defesa de uma ativa política industrial e de ciência, tecnologia e inovação, que prepare o país para atuar em segmentos dinâmicos e de ponta e que agregue valor e intensidade tecnológica à produção industrial. Valorização dos centros de produção de conhecimento científico e tecnológico;

- Contra as privatizações das empresas estatais. Fortalecimento dos instrumentos estatais de promoção e financiamento do desenvolvimento. Pela anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce;

- Por mais investimentos em infra-estrutura (energia, portos, estradas, linhas ferroviárias e hídricas), saneamento básico e transporte público;

• Implementação de Política de Valorização dos serviços e servidores públicos através da negociação de melhoria de salários, condições de trabalho, plano de carreira e recomposição de quadros;

• Garantia de mais recursos para as políticas sociais no orçamento da União;

• Aceleração da reforma agrária, com a ampliação de assentamentos, distribuição de terras com apoio técnico e financiamento subsidiado à agroindústria cooperativada para a pequena propriedade e incremento da política de apoio à agricultura familiar;

• Apoio à economia solidária através da criação de linhas de financiamento mais adequadas às cooperativas autênticas, e nova regulamentação para esses tipos de empreendimentos;

• Combate ao trabalho escravo, infantil e informal através de políticas ativas do Estado, em conjunto com as demais representações da sociedade civil;

• Continuidade e ampliação dos programas de transferência de renda;

• Por uma política nacional de desenvolvimento ambientalmente sustentável, que preserve o meio ambiente e a biodiversidade, e que resguarde a soberania sobre a Amazônia brasileira.

3) POR MAIS DEMOCRACIA E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL.

• Contra a corrupção; pela ética e transparência na gestão pública;

• Por uma ampla reforma política democrática, que garanta ampla liberdade de organização e funcionamento institucional e parlamentar aos Partidos Políticos. Contra a antidemocrática cláusula de barreira. Pelo financiamento público das campanhas eleitorais. Fidelidade partidária;

• Reforma tributária que institua o Imposto sobre Grandes fortunas e Heranças (para financiar a política de valorização do salário mínimo) e que elimine a guerra fiscal entre estados e municípios;

• Novo formato e papel para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, equilibrando a participação popular para torná-lo um real instrumento de aconselhamento da Presidência da República;

• Instituição de nova forma de funcionamento dos Fóruns de Competitividade, tornando-os efetivamente espaços de negociação das políticas setoriais, envolvendo governo, representação dos trabalhadores (as) e empresários;

• Revisão do funcionamento dos diversos conselhos tripartites, transformando-os em espaços efetivos de formulação, deliberação, negociação e execução;

• Pela instituição e utilização regular de mecanismos de democracia direta que ampliem e aprofundem a democracia, como plebiscitos, consultas e referendos. Pela instituição de mecanismos de participação popular, Orçamento Participativo, audiências públicas e controle público das decisões governamentais, como Conselhos populares e Conferências nacionais deliberativas;

• Democratização dos meios de comunicação, visando a pluralidade de opiniões e o respeito e difusão das opiniões das minorias. Pela criação imediata de um canal aberto de televisão pública. Fortalecimento das rádios e TVs públicas e comunitárias. Concessão de linhas de financiamento a projetos de criação de novas TVs, Rádios, Jornais e Revistas de grande circulação por

parte dos movimentos sociais populares quando da mudança do modelo analógico para o modelo digital brasileiro.

4) MAIS DIREITOS PARA O POVO.

• Pela democratização do mundo do trabalho com uma reforma sindical que avance rumo à liberdade e autonomia sindical, com a implementação do direito de organização dos trabalhadores (as) nos locais de trabalho;

• Aplicação da Convenção 158 da OIT que limita as demissões imotivadas;

• Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;

• Aprovação de Projeto de Lei que limite as horas extras, substituindo o artigo 59 da CLT;

• Envio ao Congresso de legislação que estabeleça a negociação coletiva quando forem introduzidas novas tecnologias que alterem o ritmo de trabalho;

• Garantia em lei do direito à negociação coletiva para os servidores públicos;

• Política especial de emprego voltada à juventude e valorização do trabalho das mulheres; pela garantia e ampliação dos direitos sexuais reprodutivos;

• Por uma política de Segurança Pública que valorize a vida acima do patrimônio;

• Ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais, com políticas públicas universais voltadas para a ruptura da desigualdade de raça, etnia, gênero e orientação sexual;

• Pela garantia dos Direitos Humanos. Pela reparação dos danos causados pela ditadura militar;

Fotos: Ichiro Guerra

• Em defesa de uma previdência pública universal que contemple os trabalhadores rurais, domésticos e donas de casa. Pelo fim do fator previdenciário. Elevação dos valores das aposentadorias. Contra a desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo;

• Reforma urbana para garantir o acesso à moradia de qualidade. Desenvolvimento de um amplo programa de construção de moradias populares, buscando eliminar o déficit habitacional e a existência de habitações indignas e insalubres;

• Garantia dos direitos dos indígenas e quilombolas, entre eles a demarcação e a titulação de suas terras;

• Contra a privatização das águas, pela revitalização dos recursos hídricos;

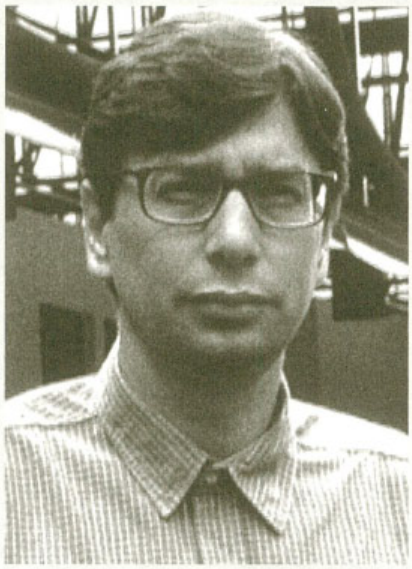
• Educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas, com a universalização do acesso, promoção da qualidade e incentivo à permanência. Por uma campanha nacional efetiva de erradicação do analfabetismo. Reforma universitária avançada com expansão das universidades públicas e controle do ensino privado. Adoção de medidas que democratizem o acesso ao ensino superior público;

• Melhorias no sistema nacional de saúde pública. Tratamento preventivo às doenças, atendimento digno às pessoas nas instituições públicas. Pelo desenvolvimento de um amplo programa de saneamento ambiental e valorização dos SUS como política de Estado;

• Desenvolvimento de política cultural e esportiva que reflita a identidade nacional e a diversidade da realidade brasileira, com base em investimentos públicos.

Os gastos sociais e o mundo do trabalho

MARCIO POCHMANN



Além de improdutivas, as despesas financeiras deprimem a geração de emprego e renda

O pensamento conservador propaga que o gasto social é elevado e não produz os resultados esperados no Brasil porque é mal focalizado. Por conta disso, justificaria ser contido e reorientado tão somente para a população extremamente pobre.

Mais uma vez, a retórica da direita não encontra sustentação na realidade. Em 2005, por exemplo, o governo federal gastou na área social o equivalente a R$ 1.529 por habitante, enquanto a despesa com juros da dívida pública foi de R$ 863 mil por brasileiro.

IMPACTOS NO EMPREGO

Noutras palavras, a minoria privilegiada que dirige seus recursos ao sistema financeiro apropriou-se de uma quantia próxima de 56% do total de recursos que o governo federal comprometeu com os gastos sociais, cuja abrangência diz respeito a todos os brasileiros. Mesmo assim, o gasto social permaneceu fundamental para a geração de trabalho decente e para a redução da desigualdade de renda.

Entre 1995 e 2004, por exemplo, foram gerados 13,3 milhões de novos postos de trabalho, tendo o valor total do gasto social aumentado 34,3%. Por conta disso, a responsabilidade do gasto social na geração de ocupação dobrou no mesmo período. No biênio 2003/2004, um a cada três postos abertos dependeu diretamente do gasto social, enquanto no biênio 1995/96 somente 18,1% do total do emprego urbano gerado dependeram do gasto social.

Sem a elevação do gasto social, a taxa de desemprego de 9,03% (8,2 milhões de desempregados) registrada em 2004 poderia ter alcançado a 11,4% (10,4 milhões de desempregados) da População Economicamente Ativa. Ou seja, 2,2 milhões de desempregados a mais no país.

QUEDA NA DESIGUALDADE

Assim, constata-se que o Brasil tem conseguido estancar o elevado desemprego durante o período recente. A despeito das várias razões que possam ter contribuído para isso, não há como menosprezar o impacto considerável do gasto social do governo federal. Já em relação à desigualdade, estima-se que quase 90% da queda verificada no índice de GINI entre 1995 e 2004 (de 0,585 para 0,547) podem ser explicados pelo aumento do gasto social e do salário mínimo.

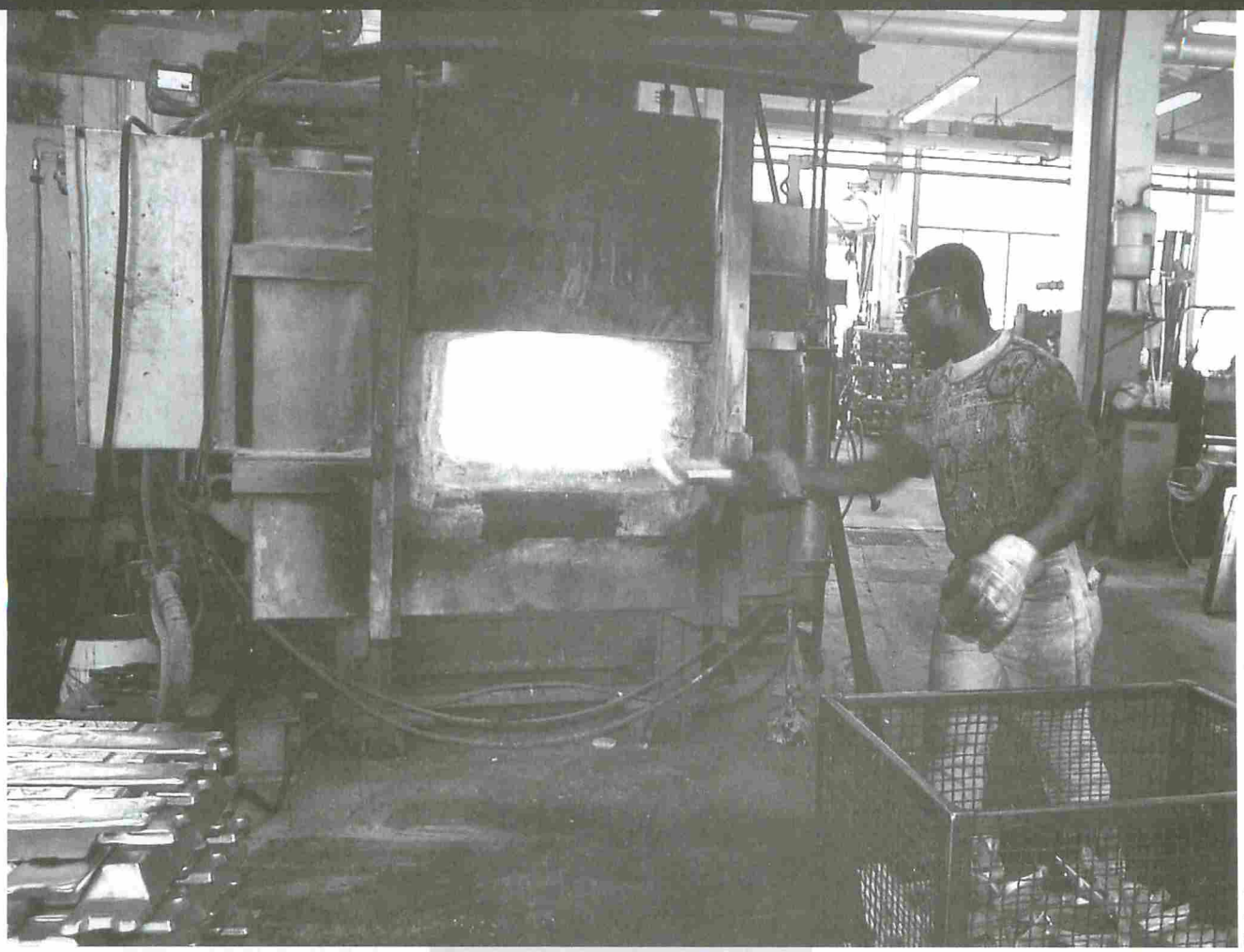
Não obstante o comportamento real e *per capita* do gasto social ter se mantido relativamente estável nos últimos cinco anos, houve redução na desigualdade de renda, tendo em vista o apoio do gasto social aos rendimentos dos segmentos mais pobres da população.

ESTORVO FINANCEIRO

Os efeitos do gasto social não são ainda maiores porque há uma restrição importante que deriva do pagamento dos encargos da dívida pública. Além de improdutivas, as despesas financeiras deprimem a geração do emprego (perda de 521 mil novas vagas em 2005) e contribuem para a maior transferência de renda aos segmentos mais ricos da população.

Em função disso, qualquer proposta que se volte à contenção do gasto público precisa considerar os efeitos, possivelmente negativos, que se abaterão sobre o nível de emprego e a desigualdade de renda. Apesar do baixo crescimento na economia nacional, o Brasil vem registrando um conjunto de resultados positivos no emprego decente e na diminuição da concentração de renda. Isso é uma conquista que não pode ser menosprezada, tampouco perdida no que diz respeito ao gasto social no Brasil.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp/SP



Divulgação

Hora extra e exploração do trabalho no Brasil

UMBERTO MARTINS

O conteúdo básico e fundamental dos conflitos de classes característicos da sociedade burguesa provém da luta pela apropriação do tempo de trabalho empregado no processo de produção, que para o trabalhador é uma parcela relativamente grande do seu tempo de vida, subtraída ao seu livre arbítrio pelas condições objetivas em que tem de pelejar para sobreviver, transformando a sua força de trabalho em mercadoria. Na economia capitalista, conforme notou Karl Marx, a jornada de trabalho é dividida em duas partes contraditórias, que motivam notáveis discórdias e choques sociais. Uma é dada pelo que o filósofo alemão classificou de trabalho necessário; a outra, pelo

O livro "Hora extra – o que a CUT tem a dizer sobre isto", recém-lançado pela central, é uma leitura obrigatória para os militantes das causas operárias

A hora extra é um expediente sutil e perverso usado pelos capitalistas para

que chamou de trabalho excedente. Compreendem-se aí duas categorias essenciais do modo de produção capitalista: salários e lucros.

O tempo de trabalho necessário é o tempo que o trabalhador emprega para produzir um valor equivalente à sua remuneração, na forma de salários e benefícios, como ticket-refeição, cesta-básica, subsídio para plano de saúde e outros, abrangendo a rigor o conjunto dos direitos trabalhistas. Este trabalho que Marx considera *necessário* responde apenas por uma fração da jornada de trabalho; outra porção, bem mais significativa hoje que no passado, em função do avanço da produtividade e da depreciação da força de trabalho imposta pelo neoliberalismo, é o tempo no qual o trabalhador produz um valor superior à sua própria remuneração e que já não é mais, na concepção marxista, trabalho necessário e sim trabalho excedente – a substância da *mais-valia*. Em primeira e última instância, é o valor excedente produzido no decorrer da jornada de trabalho que origina o lucro capitalista. A bem da verdade, é a única fonte real de todos os lucros, assumam esses a forma de juros, dividendos ou qualquer outra, embora isto não transpareça na superfície dos fenômenos econômicos e nas aparências enganadoras da chamada "financeirização", em que o próprio dinheiro parece gerar mais e mais dinheiro.

Em outros termos, o trabalho necessário corresponde ao tempo de trabalho apropriado pela classe trabalhadora (como salários e direitos), ao passo que quem se apossa do tempo de trabalho excedente (ou do lucro) é a classe dos capitalistas. Quanto maior o trabalho necessário como proporção da jornada total menor será o trabalho excedente e vice-versa. Desenvolvem-se, portanto, no jogo da produção capitalista, interesses sociais contraditórios e no fundo inconciliáveis: o capitalista, conforme observou Karl Marx, revela uma inesgotável avidez por trabalho excedente, fazendo do lucro a razão maior da sua existência, enquanto o trabalhador luta para reduzi-lo e tem interesse em eliminar esta parte ingrata da sua jornada de vida, que lhe rouba conforto, saúde, educação e lazer.

Já em 2004, nada menos que 45,6% dos trabalhadores foram obrigados a trabalhar acima da jornada legal

Este conflito básico, que desnuda a essência e os limites da economia política burguesa, se manifesta nas batalhas por melhores salários, em detrimento dos lucros capitalistas, assim como em inúmeras reivindicações sindicais e nas lutas mais gerais da classe trabalhadora em defesa dos direitos sociais (hoje alvo de um intenso bombardeio ideológico e político dos neoliberais). Foi o pano de fundo, por exemplo, das agitações que há pouco sacudiram a França e resultaram no sepultamento do Primeiro Contrato de Trabalho, que propunha a precarização do emprego da juventude.

MAIS-VALIA ABSOLUTA

Mas é nos dilemas envolvendo a jornada do trabalhador nas empresas que a contradição entre trabalho excedente e trabalho necessário ganha maior nitidez. É o caso das horas extras, tema de um livro lançado durante o 9º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores ("Hora extra – o que a CUT tem a dizer sobre isto") que devia ser considerado leitura obrigatória de sindicalistas e militantes das causas operárias[1]. A hora extra é um expediente sutil e perverso utilizado pelos capitalistas para ampliar a jornada de trabalho além dos seus limites legais, o que significa ao mesmo tempo aumentar o tempo de trabalho excedente de forma a obter aquilo que o marxismo concebe como *mais-valia absoluta*[2].

Em função deste expediente, quando se discute a duração da jornada de trabalho no Brasil e as propostas para reduzi-la é preciso estabelecer uma distinção essencial entre a jornada legal e o tempo médio de trabalho efetivamente gasto no interior das empresas ou a jornada real. Na economia brasileira, a exemplo do que ocorre em outros países, trabalha-se, em média, muito mais do que determina a Constituição e as convenções coletivas. A diferença está na hora extra. E isto não é de hoje. Jornadas longas, ampliadas pelas horas complementares permitidas pela legislação, foram "o verdadeiro motor do crescimento econômico brasileiro dos anos 1930 até os anos 1980", conforme a arguta conclusão do sociólogo Sadi Dal Rosso[3].

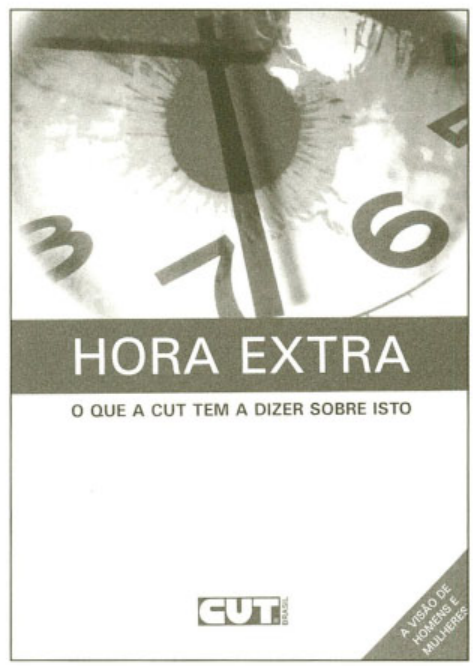
Ao longo da sua história, a classe trabalhadora brasileira

ampliar a jornada de trabalho além dos seus limites legais

sempre lutou pela redução da jornada e foi assim que arrancou as 44 horas semanais, estabelecidas na Carta Magna. Por seu turno, o empresariado nunca abriu mão da jornada longa e buscou anular esta conquista recorrendo às horas extras. Não se pode deixar de reconhecer que logrou êxito neste sentido. No início dos anos 1980 cerca de 25% dos assalariados brasileiros realizavam horas extras.

Tempo e dinheiro no capitalismo

Embora tenda a reduzir ao mínimo o trabalho vivo, ao impulsionar como nenhum outro modo de produção precedente a produtividade social do trabalho, o capital não pode viver a não ser à custa de trabalho excedente e, conseqüentemente, é um inimigo visceral da redução da jornada de trabalho. No capitalismo "tempo é dinheiro", como ressalta a socióloga Suzana Sochaczewski no artigo intitulado "É possível viver sem horas extras?", publicado no livro lançado pela CUT.



Ao reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias, as inovações tecnológicas embutem a possibilidade de propiciar ao trabalhador "mais tempo livre para usufruir a riqueza produzida pelo trabalho que, aliás é, ou deveria ser, patrimônio da humanidade", mas não é isto o que de fato se verifica. "Vivemos numa sociedade de classes", explica a socióloga, "na qual o principal conflito se origina exatamente na disputa da riqueza que o trabalho produz. É uma luta de interesses que se opõem e onde há sempre vencedores e perdedores... A parte da riqueza produzida que é apropriada pelo capital é o lucro. A outra parte, que vai para o trabalho, são os salários. Embora sejam pedaços da mesma riqueza não têm o mesmo valor quantitativo, porque são resultado de uma relação desigual de forças que determina , a cada momento, de quanto vai ser o lucro e quanto vai ser o salário".

"Isto nem sempre foi assim", pondera Sochaczewski. "O que hoje aparece como natural e permanente é fruto de um longo e conflituoso processo de construção de um modo específico de organizar a sociedade: o modo de produção capitalista, desigual e injusto porque se fundamenta na exploração da maioria por uma minoria... Um dos instrumentos, e apenas um deles, responsável pela produção e reprodução dessa desigualdade, é o domínio exclusivo que a classe capitalista mantém sobre a organização e a duração do tempo de trabalho. Para garantir esse domínio foram necessário séculos de opressão, repressão, cooptação de vários tipos procurando o enquadramento sempre renovado dos trabalhadores no formato desejável para a exploração mais eficiente".

"Ao longo dos últimos 500 anos, o prolongamento da jornada até o limite da possibilidade física, a intensificação do ritmo de trabalho procurando a identidade de homem e máquina, a redução até a eliminação total de intervalos ao longo da jornada, o trabalho noturno, o trabalho em feriados e nos fins de semana, a preocupação com o trabalho levado para casa são alguns dos vários experimentos patronais, todos com um mesmo objetivo: ganhar a disputa na distribuição da riqueza, fazer com que sempre mais e mais riqueza se transforme em lucro", afirma a autora.

No período de aumento das horas extras verificou-se que a participação dos

Depois que a nova Constituição, com a semana de trabalho reduzida em quatro horas, foi promulgada em outubro de 1988 "a proporção aumenta para mais de 40%". Já em 2004, nada menos que 45,6% trabalharam "acima da jornada legal"[4].

Com isto, o limite constitucional de 44 horas semanais e 8 horas diárias, embora em si e na comparação com padrões mais civilizados se revele excessivo, é hoje ilusório para um grande número de categorias. Os comerciários da Grande São Paulo realizavam uma jornada média de 48,2 horas semanais em 2004, segundo o Dieese. Aprendendo com a própria experiência, o movimento sindical hoje associa a bandeira da redução da jornada à exigência de restrição e regulação mais rígida das horas extras, que infelizmente na CLT é objeto de ampla flexibilização. Reduzir jornada sem que se limite as horas extras pode ser como chover no molhado. De outro lado, reduzir hora extra é reduzir jornada.

OS EFEITOS NEGATIVOS

A jornada extraordinária é apontada por muitos especialistas e também por operários e operárias que responderam uma pesquisa sobre o tema, reproduzida no livro da CUT, como uma relevante causa de doenças profissionais, donde se deduz que em médio e longo prazo é um fator que corrói a produtividade do trabalho nacional. Além disto, contribui de forma notória para o desemprego massivo, pois se não pudessem recorrer às horas extras os capitalistas teriam de contratar mais para manter o mesmo número de horas trabalhadas e, portanto, o volume e valor de produção de suas empresas. O economista Marcio Pochmann estima que 4,5 milhões de novos postos de trabalho seriam criados no Brasil se as horas extras fossem eliminadas.

Deste modo, o ardil usado pelo capital para ampliar a jornada de trabalho ofende não só os interesses da classe trabalhadora como também os interesses mais gerais da sociedade, visto que tende a reduzir a produtividade e elevar o nível de desemprego. Ao induzir o empregado a trabalhar além do tempo contratado, o capitalista deixa de arcar com os custos provenientes de uma nova admissão (sobretudo encargos e direitos sociais) e aumenta a margem de lucros, apesar de pagar um adicional na hora extra. Aliás, ao aceitar pagar um adicional (que pode chegar a 200% através de acordo coletivo, como ocorre na construção civil de São Paulo), o empresário revela sem querer que está pagando muito pouco aos seus trabalhadores e que mesmo triplicando o salário/hora (como no caso citado) ainda retira um excedente (ou lucro) do valor produzido pelo operário. Fica patente, neste exemplo, o fato de que a parte do trabalho excedente, apropriada pelo capital, é substancialmente maior que o tempo de trabalho necessário, apropriado por quem realmente produz, numa prova (a mais) da superexploração do trabalho no Brasil.

Estima-se que 4,5 milhões de novos postos de trabalho seriam criados se as horas extras fossem eliminadas

Contudo, é preciso reconhecer que hora extra não é uma discussão fácil para o movimento sindical, pois o capitalista joga com os próprios interesses individuais imediatistas do trabalhador na realização das horas extras para ampliar a jornada de trabalho, o que traduz o caráter perverso de tal expediente. Embora não seja do

seu agrado, o trabalhador é impelido a realizar hora extra em função dos baixos salários, decorrendo disto uma contradição entre os seus interesses imediatos e individuais com os seus próprios objetivos no plano da saúde e os interesses coletivos ou da classe em seu conjunto. No período em que se registra o crescimento das horas suplementares na economia nacional verificou-se concomitantemente um notável arrocho dos salários e da renda do trabalho, cuja participação relativa no PIB despencou de mais de 50% nos anos 1980 para 36% em 2002.

Embora não seja do seu agrado, o trabalhador é impelido a realizar horas extras devido aos baixos salários

Divulgação

PRIORIDADE DO SINDICALISMO

O arrocho dos salários aliou-se ao propósito patronal de neutralizar e reverter a redução da jornada. Por esta e outras razões, a abordagem isolada do problema por parte dos sindicatos nas campanhas salariais deixa (e muito) a desejar[5]. Cabe acrescentar que o hábito da hora extra se torna um empecilho à valorização dos salários na medida em que contribui para a manutenção de um alto nível de desemprego, configurando um círculo vicioso (o baixo salário induz à hora extra, que por sua vez conspira contra a recuperação dos salários reais).

A coibição da jornada extraordinária depende de mudanças na legislação trabalhista e, conseqüentemente, de uma conscientização e mobilização mais ampla das forças progressistas comprometidas com relações sociais mais justas e avançadas, em especial do movimento sindical. O livro da CUT contribui neste sentido, inclusive ao sugerir a restrição da jornada extraordinária a duas horas diárias, 30 horas mensais e 110 semestrais; ao lado da elevação do adicional pago pela hora suplementar para 75% nos dias normais (e de 100% nos domingos e feriados).

O tema demanda uma maior atenção do movimento sindical e dos partidos e organizações alinhadas com os interesses da classe trabalhadora brasileira; merece ser encarado como prioridade na luta contra o desemprego e está intimamente associado à campanha nacional unificada das centrais pela redução da jornada sem redução de salários, em conformidade com o projeto do deputado federal Inácio Arruda e do senador Paulo Paim em tramitação no Congresso Nacional.

NOTAS

1- A obra se compõe de uma pesquisa e uma coletânea de artigos sobre o tema, escritos por sindicalistas e estudiosos. Contém ainda a proposta da CUT para restringir as horas extras e diversas estatísticas acerca da jornada de trabalho no Brasil e na Europa;

2- Segundo Karl Marx, a mais-valia equivale ao tempo de trabalho excedente e é no fim das contas a essência do lucro capitalista, embora nem sempre coincida com ele. O capital impõe o crescimento da *mais-valia absoluta* (e do tempo de trabalho excedente) ampliando a jornada de trabalho. O conceito foi desenvolvido em contraposição ao da *mais-valia relativa*, cujo crescimento (que também significa aumento do trabalho excedente) não depende da ampliação da jornada, que tem limites físicos e humanos instransponíveis, mas ocorre por meio de uma crescente produtividade social do trabalho, que não se submete aos mesmos limites;

3- "Hora extra – o que a CUT tem a dizer sobre isto", página 71;

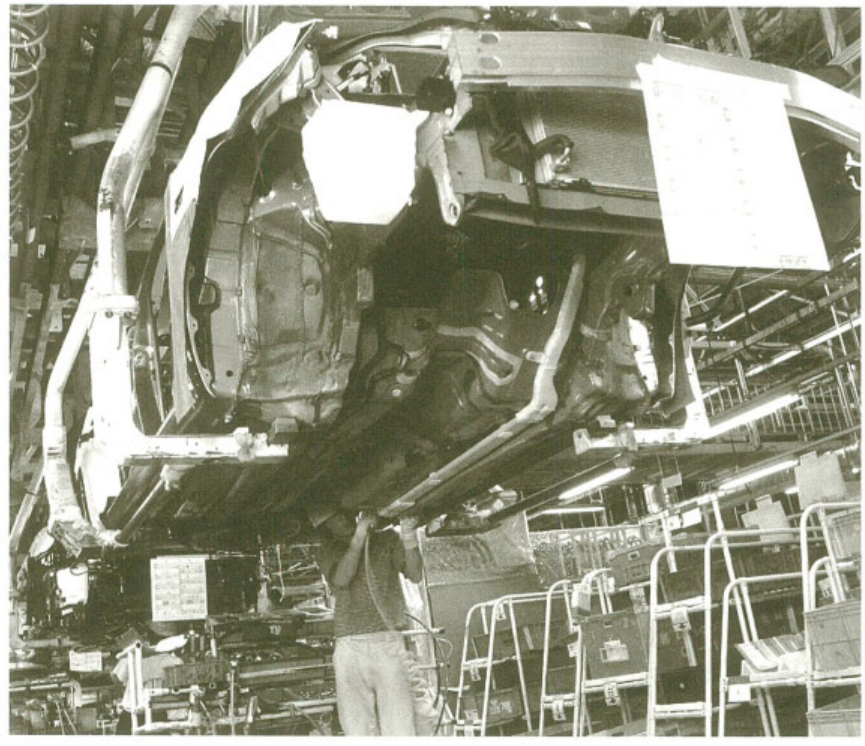
4- "Hora extra – o que a CUT tem a dizer sobre isto", páginas 74 e 154;

5- O livro em tela traz uma abordagem interessante sobre a evolução (negativa) dos acordos coletivos em torno das horas extras, que em geral não têm por objetivo eliminá-las ou mesmo reduzí-las, mas aumentar o adicional pago por elas, que a Lei estipula em 50% sobre o salário/hora contratado.

Umberto Martins é jornalista, membro do conselho de redação da revista Debate Sindical

As relações do trabalho na

A crise atual representa um aumento da competição entre as empresas capitalistas pela contínua redução de custos de produção, incluindo o custo do trabalho



Divulgação/Toyota

Desterritorialização: salários praticados em Camaçari, Porto Real e Resende são inferiores àqueles pagos em São Paulo

NILTON VASCONCELOS

A decisão da Volkswagen de promover uma redução expressiva do contingente de trabalhadores empregados no Brasil, estimada em seis mil demissões até 2008, nos remete à crise do setor no início dos anos 90, a partir do anúncio do fechamento de unidades produtivas da Ford em São Bernardo, com o afastamento de setecentos trabalhadores. Em conseqüência da mobilização social, à época, o governo Collor implementou a Câmara Setorial Automotiva, resultando em vários acordos com a participação de empresas, trabalhadores e governo.

As duas crises se relacionam a contextos muito diferentes, mas podemos estabelecer uma série de parâmetros comuns entre os dois momentos, relacionando-os particularmente à redução de barreiras no comércio internacional, aos investimentos em tecnologia, às mudanças na organização da produção, nas relações de trabalho e no relacionamento entre as empresas no processo produtivo.

No início dos anos 90 havia um quadro de corte de investimentos, adiamento dos planos de automação e redução de níveis salariais, tendo sido registrada uma estagnação da produção automotiva na década de oitenta, quando as montadoras produziram em torno de um milhão de veículos por ano. Os acordos setoriais produzidos no âmbito da Câmara Automotiva, em 1992 e 1993, estiveram focados em objetivos de ampliação da produção por meio de diminuição de preços dos veículos, sobretudo via redução de impostos; manutenção do nível de emprego e correção mensal dos salários. Em meio a crises econômicas sucessivas os êxitos obtidos foram relativos e sujeitos a constantes re-negociações.

A partir de meados dos anos noventa houve uma transformação neste segmento industrial, com a edição de um conjunto de medidas legais que instituíram o Regime Automotivo Brasileiro. Fruto deste processo observou-se a ampliação da produção alcançando dois e meio milhões de unidades produzidas, em 2005.

Interpretada como uma

indústria automotiva

"segunda onda" automotiva no país, após aquela que inaugurou este segmento produtivo em meados do século passado, os investimentos resultaram na implantação de novas fábricas das principais montadoras de veículos de passeio e comerciais leves já instaladas – Volks, Ford, Fiat e General Motors, e de fabricantes que inauguraram sua participação na produção no país. Entre estes últimos estão a Renault, Nissan, Peugeot, Honda, Mercedes-Benz, Mitsubishi e Toyota.

MUTAÇÕES NO SETOR

Este processo trouxe modificações importantes para o setor, entre as quais pode-se destacar a mudança da "geografia" desta indústria, com a construção de novas plantas fora do eixo tradicional, deslocando-se para estados como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Goiás e, mesmo em São Paulo e Minas Gerais, para regiões que não eram produtoras de autoveículos. Esta decisão atendeu a estratégias variadas das empresas, tais como a facilidade de atender a mercados externos e o aproveitamento de benefícios fiscais e financeiros concedidos pelos estados da federação e pelo governo federal. Entretanto, a busca por regiões não sujeitas às convenções e acordos coletivos de trabalho já existentes, firmados a partir de grande mobilização de trabalhadores experientes na luta sindical, é um critério de localização que as empresas não omitem. Em conseqüência, os salários praticados em Camaçari, Porto Real e Resende, por exemplo, são bastante inferiores àqueles pagos em São Paulo.

Neste sentido, uma discussão antiga enfrentada pelos trabalhadores europeus, que vêem as unidades produtivas serem fechadas em seus países e novas unidades dos mesmos fabricantes abertas em regiões do planeta em que se praticam salários mais baixos, passou a ser vivenciada internamente pelos trabalhadores no Brasil. A redução do "custo" do trabalho garante maior competitividade às plantas recém implantadas, forçando as antigas unidades produtivas a promoverem "ajustes", incluindo a demissão de trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que os salários e os empregos declinam, crescem a produção, as vendas internas e as exportações

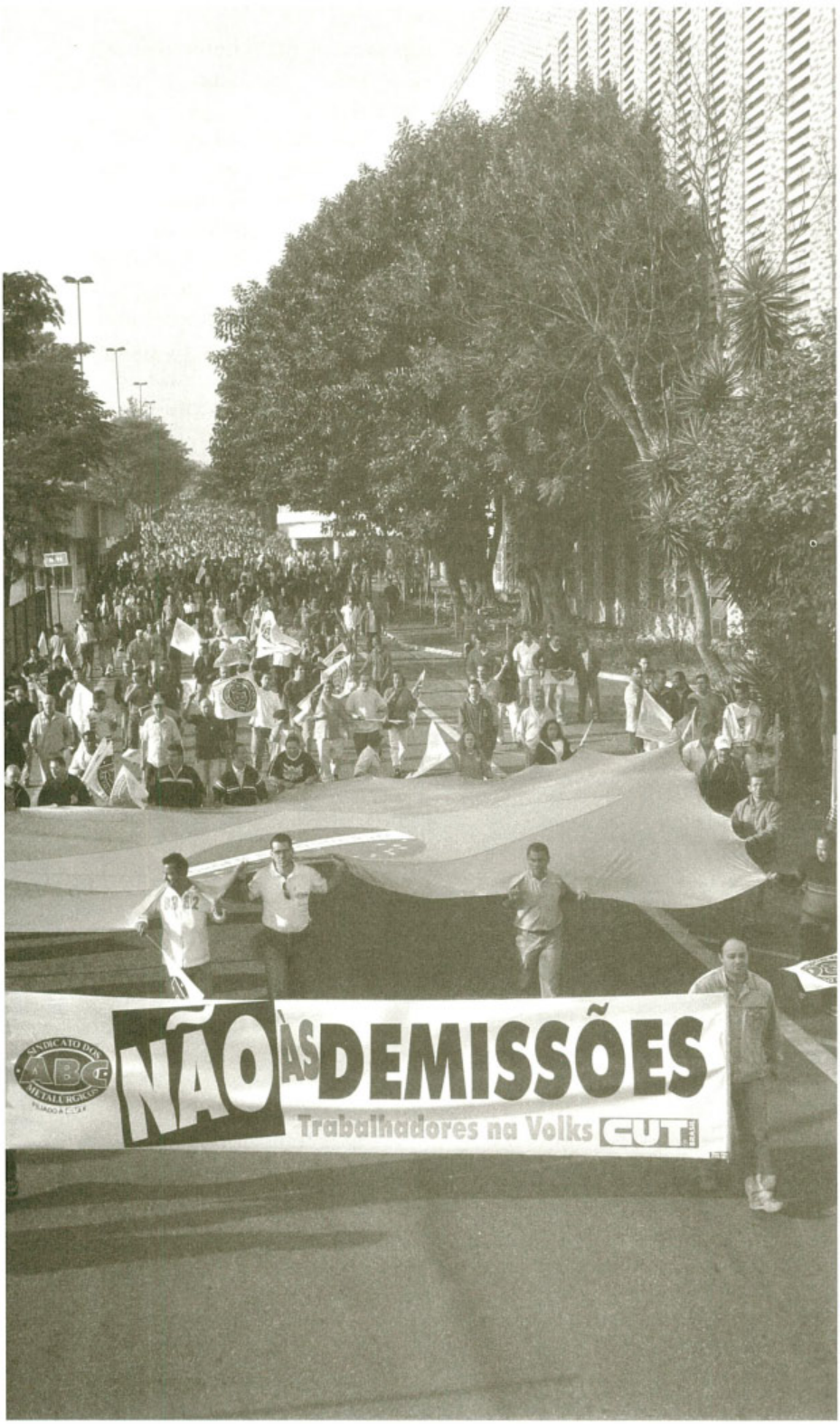
Outros fatores que influenciam essas decisões devem ser considerados, a exemplo das inovações tecnológicas, inclusive as gerenciais. As unidades da GM e Ford, em Gravataí e Camaçari, respectivamente, são exemplos de fábricas nas quais a montadora restringe sua atuação a atividades mais críticas da produção e à montagem final, transferindo para as sistemistas (produtoras de partes, módulos e sistemas) grande parte da atividade antes sob sua responsabilidade. Por esta estratégia produtiva, reduz-se expressivamente o número de empregados diretos das montadoras.

Assim, caem os salários e o emprego e amplia-se a produção, as vendas internas e as exportações. É o que as estatísticas do setor nos apresentam, registrando uma redução de dez mil vagas entre 1995 e 2005, fechando o último ano com 94 mil postos de trabalho. Mesmo com a transferência de atribuições para as sistemistas verificou-se uma diminuição ainda mais expressiva no setor de autopeças que perdeu 38 mil vagas no mesmo período, registrando 197 mil empregados, em 2005.

Portanto, observa-se que a crise atual representa uma evolução da competição entre estas grandes empresas capitalistas pela contínua redução de custos de produção, aí incluídos o custo do trabalho. Também se deve analisar o problema observando-se o quadro setorial internacional, marcado por uma disputa acirrada entre as grandes marcas pelo primeiro lugar na produção de autoveículos, incluindo alternativas de novas alianças ou fusões entre montadoras, mas também por outra ameaça que vem do Oriente, à hegemonia estadunidense. Depois dos japoneses, agora é a vez da China, que de produtora modesta se transformou em poucos anos em grande fabricante mundial, podendo ser um exportador agressivo, a exemplo do que já ocorre em outros ramos da atividade econômica.

Nilton Vasconcelos é doutor em administração pública e membro do conselho editorial da Debate Sindical

Volks: lucro, demissões



Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Apesar de deter a liderança no mercado interno e de responder por 32% das exportações de veículos, a multinacional alemã decide "aumentar seus lucros arrancando o couro da peãozada"

ALTAMIRO BORGES

Em maio passado, a multinacional alemã Volkswagen emitiu uma circular lacônica anunciando seu plano de demissão de 5.773 metalúrgicos de suas cinco unidades instaladas no país – São Bernardo do Campo (ABC paulista), Taubaté (SP), São Carlos (SP), Resende (RJ) e Curitiba (PR). Destas, 3.672 cortes seriam efetuados na fábrica de São Bernardo; 1.420 em Curitiba; e 681 em Taubaté. Entre os dispensados, 85% seriam do setor de produção. Como 27 setores industriais estão diretamente ligados à fabricação de um veículo, o facão da Volks deverá afetar 245 mil trabalhadores. Consideradas suas famílias, poderá vitimar 660 mil pessoas. Calcula-se que cada vaga numa montadora equivale a 47 empregos na cadeia produtiva.

Segundo a circular, a drástica medida visaria "melhorar a produtividade das operações e

e barbárie

reduzir os custos fixos da Volkswagen no Brasil". Além das demissões, a empresa teve o descaramento de apresentar uma "pauta de reivindicações" aos sindicatos da categoria visando cortar 25% de suas despesas. Apelidado de "pacotão de maldades", ele incluía o reajuste do plano de saúde em 200%, redução da tabela salarial para os novos contratados em 35%, terceirização de vários serviços, congelamento do aumento real de salário em 2006/07, apenas uma folga fixa semanal e a eliminação da pausa para descanso da equipe de pintura.

Para tentar justificar esta barbárie, a Volks passou a difundir mentiras na mídia. Alegou que as demissões estavam congeladas há anos, o que teria reduzido a competitividade da empresa. Engodo descarado! Nos anos 80 a unidade do ABC empregava 42 mil operários; hoje tem apenas 12 mil. Afirmou também que o corte decorria da política econômica do governo Lula, que teria estrangulado a produção. Outra patifaria. A Volks é a maior indústria automobilística do país e no ano passado produziu 625 mil carros. Ela detém a liderança de participação no mercado interno com 23% das vendas e, sozinha, respondeu por 32% das exportações brasileiras de veículos. Só com as exportações ela faturou R$ 4,5 bilhões no ano passado.

"Essas demissões não têm nada a ver com problemas no setor, mas é um processo de ajuste mundial. A Volks resolveu aumentar seus lucros arrancando o couro da peãozada", afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo. Ele lembra que esta cruel decisão não prejudicará apenas os trabalhadores, mas que terá forte impacto no conjunto da sociedade. "Só em São Bernardo deixarão de circular na economia, em função do desemprego, R$ 192 milhões. Muita gente que trabalha no comércio perderá seu emprego. E nem estamos contabilizando o corte de direitos, que também significa redução de renda – talvez num volume tão intenso quanto o das demissões. É um prejuízo brutal para a sociedade".

BNDES emprestaria R$ 500 milhões à empresa; sindicatos pressionaram e o governo Lula suspendeu a "ajuda"

RESISTÊNCIA OPERÁRIA

Diante desta ameaça, os cinco sindicatos da categoria uniram esforços, independentemente da filiação às centrais, e traçaram um plano de lutas, que incluiu viagens à Alemanha para negociar com a sua matriz, passeatas, audiências públicas e paralisações de protestos – até chegar à greve unificada. O objetivo era manter a coesão para evitar qualquer demissão ou retirada de direitos, o que só foi rompido no final de julho pela entidade de Taubaté que assinou unilateralmente um acordo de "demissões voluntárias". Apesar desta fratura, a resistência dos metalúrgicos tem conseguido, até agora, estancar as dispensas e o pacote de maldades da montadora. As negociações foram suspensas e a briga promete ser prolongada.

Neste esforço de resistência, os sindicatos operários também estão pressionando os poderes públicos. Eles lembram que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social fez um empréstimo de R$ 500 milhões à empresa neste ano e exigem que o governo Lula suspenda de imediato o financiamento. "Não é correto o BNDES emprestar para quem quer demitir", alega Feijóo. A mesma cobrança tem sido feita aos governos estaduais onde existem fábricas da multinacional. Roberto Requião, governador do Paraná, já anunciou um possível corte de benefícios e incentivos fiscais caso haja demissões na unidade de Curitiba.

Além da ação nacional, os sindicatos têm se articulado com os sindicalistas das 43 fábricas da Volks espalhadas no mundo. Já ocorreram dois encontros internacionais – na Alemanha e no México. "Estamos vivendo uma mudança drástica nas relações capital-trabalho. Ao invés dos sindicatos apresentarem as suas reivindicações na busca constante de melhores condições de trabalho, são as empresas que fazem exigências aos trabalhadores. De forma repetitiva, as empresas exigem que renunciemos aos postos de trabalho, aos direitos conquistados em longas e históricas jornadas de luta", afirma a Declaração de Puebla. A realização de uma greve mundial contra a multinacional não está descartada!

CAUSAS DA DEVASTAÇÃO

As demissões e as maldades da Volks fazem parte de uma ação planejada das montadoras de automóveis. No mês passado, a General Motors também anunciou o seu plano de "otimização", que

"Pacote de maldades" inclui o reajuste do plano de saúde em 200%, redução da

prevê a "demissão voluntária" de 960 operários da fábrica de São José dos Campos (SP). No ano passado, foi a vez da Ford promover cortes. E essa ofensiva é internacional. Na própria Alemanha, a Volkswagen vai dispensar 20 mil trabalhadores; também serão feitas demissões em duas unidades da Espanha e em uma de Portugal. E isto ocorre no momento em que a multinacional alemã assume a liderança européia no setor automotivo. Entre janeiro e março, ela obteve um lucro líquido de 327 milhões de euros – cerca de 863 milhões de reais!

Esta ação destrutiva tem como único objetivo ampliar os lucros das montadoras – o resto é pura retórica e manipulação. Para atingir esta meta-síntese, o capital usa vários meios. O avanço tecnológico, expresso na intensa automação microeletrônica, serve para reduzir o trabalho vivo – rotulado de custo operacional – e aumentar a produtividade, ao invés de servir ao bem-estar da humanidade. A tabela abaixo demonstra que hoje as empresas produzem muito mais com muito menos trabalhadores. Já a ameaça do desemprego é utilizada pelas empresas como forma de chantagem para retirar históricos direitos trabalhistas e precarizar ainda mais o trabalho – como fica patente no "pacotão de maldades" da Volkswagen.

As multinacionais também abusam de sua força destrutiva para pressionar os poderes públicos, exigindo financiamentos, isenções fiscais e outras regalias. Na fase recente, as montadoras ganharam de presente quatro pacotes de incentivo no Brasil – isto sem falar nos empréstimos do

Volks vai dispensar 20 mil trabalhadores na Alemanha, além de demitir operários em três unidades da Espanha e Portugal

BNDES (R$ 3,7 bilhões entre 1994/2006). O primeiro foi o plano de estímulo ao carro popular, em 1993; na era FHC, dois acordos de redução do IPI foram firmados; já o governo Lula cedeu um plano de "desencalhe de estoque". A força das multinacionais é tanta que até a candidata Heloísa Helena, que pousa de radical, defendeu em recente visita ao ABC que "o BNDES esteja à frente da negociação para financiamento da linha de exportações".

Além destas causas mais visíveis, alguns estudiosos têm argumentado que as montadoras já atingiram seu ápice de produção e que perderam a condição de indutoras do desenvolvimento e da geração de emprego. Thomas Gounet, autor do livro *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*, é um dos que insiste nesta tese. Com farta documentação, a sua obra comprova que esta indústria está com sua capacidade de produção esgotada, o que explicaria os recorrentes fechamentos de fábricas nos EUA, Europa e Japão e o violento desemprego no setor. A decisão de investir na periferia do sistema capitalista visaria apenas manter os seus lucros, explorando os baixos salários e gozando das benesses do poder público.

CRISE DE SUPERPRODUÇÃO

No prefácio da edição brasileira, ele já alertava. "Ávidos de lucros e movidos pela concorrência, todos os empresários acorrem a essa região para construir fábricas

Tabela 1 - Produção e Emprego nas montadoras de autoveículos (1995-2005)

ANO	Emprego em autoveículos	Produção total	Relação autoveículos produzidos/empregados
1995	104.614	1.629.008	15,57
1996	101.857	1.804.328	17,71
1997	104.941	2.069.703	19,72
1998	83.049	1.586.291	19,1
1999	85.100	1.356.714	15,94
2000	89.134	1.691.240	18,97
2001	84.834	1.817.116	21,41
2002	81.737	1.791.530	21,92
2003	79.047	1.827.791	23,12
2004	88.697	2.210.741	24,92
2005	94.206*	2.447.636	25,98

Fonte: Anuários estatísticos e cartas da Anfavea. Elaboração própria.
* Empregados em dezembro de 2005.

tabela salarial dos novos contratados, terceirização e uma folga fixa semanal

Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Estudo da CNM revela que o Brasil virou um dos paraísos das multinacionais dos automóveis em busca de baixos salários

brilhando de novas... Mas quem comprará esses veículos, num país que nunca consumiu mais de 2 milhões de veículos novos ao ano, onde os salários dos trabalhadores da indústria automobilística, mais bem pagos que seus colegas de outros setores, são quatro vezes inferiores aos dos países europeus?". Para ele, essa contradição expressaria a anarquia do mercado capitalista. "É a crise de superprodução. E qualquer tentativa de resolvê-la, reforçando mais as condições de exploração, apenas piora as coisas, visto que amplia mais o diferencial entre a produção e o consumo".

Um estudo da Confederação Nacional de Metalúrgicos (CNM) confirma que o Brasil virou um paraíso de multinacionais dos automóveis. Em 1990, existiam 12 marcas e 17 plantas instaladas; já em 2002, havia 18 montadoras estrangeiras e 27 fábricas instaladas. A implantação destas novas empresas, entretanto, não gerou o prometido *boom* de empregos. As indústrias apenas se aproveitaram de acordos com os governos, no contexto da guerra fiscal, para instalar e transferir seus parques industriais e obter maiores lucros. Com isso, as empresas reduziram os custos com remuneração e retiraram direitos dos trabalhadores. Enquanto um operário do ABC paulista recebia, em média, R$ 2.609,48 em dezembro de 2001 (somando o salário direto e os adicionais), o metalúrgico da Iveco/Fiat de Sete Lagoas (MG) ganhava apenas R$ 583,75.

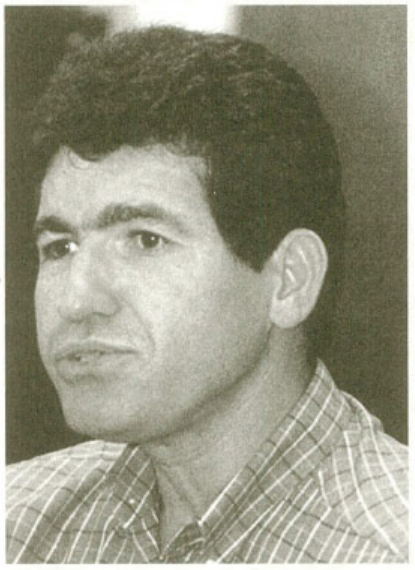
No artigo "a estagnação do emprego nas montadoras de veículos", publicado na revista *Debate Sindical*, o professor Nilton Vasconcelos também confirma esta tendência. Ele lembra que a produção bateu recorde em 2005 com a fabricação de 2,44 milhões de unidades – entre veículos leves, caminhões e ônibus. Mas este crescimento não se refletiu na geração de empregos. "Prevaleceu nos últimos dez anos um quadro de estagnação, mantendo-se a faixa de 85/95 mil contratos de trabalho nas montadoras. A relação de veículos produzidos/empregados nas montadoras variou de 8,7 veículos por empregado, em 1980, para cerca de 25,9 por empregado em 2005. Há, portanto, um crescimento significativo da produtividade".

Além disso, a redução do emprego "correspondeu ao crescimento da subcontratação, da terceirização, do emprego por tempo parcial e de outras modalidades de precarização. Correspondeu, ainda, à utilização de métodos de gestão que privilegiam a redução de custos – inclusive do trabalho –, e que modificaram as estruturas da produção automotiva, transferindo parcelas da montagem para empresas que integram outros níveis da cadeia produtiva". Esta transferência, porém, não significou que o emprego foi deslocado das montadoras para os fabricantes de autopeças, como gosta de divulgar a mídia. Segundo dados do próprio Sindipeças, o setor empregava 236,6 mil trabalhadores em 1994; hoje emprega 197 mil metalúrgicos.

Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical e autor do livro "Encruzilhadas do sindicalismo"

O Super Simples e o mundo do trabalho

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



A flexibilização da fiscalização pode ser o primeiro passo da precarização

A Câmara dos Deputados pretende votar, ainda nesta legislatura, o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 123/2004, que institui o "Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", disciplinando num único diploma legal as obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, o acesso a créditos e ao mercado das microempresas (aquelas com faturamento de até R$ 240 mil) e das empresas de pequeno porte, cujo faturamento não poderá ultrapassar R$ 2,4 milhões.

INOVAÇÕES PERIGOSAS

O objetivo da Lei Complementar, segundo o parágrafo único do artigo 146 da Constituição, seria instituir regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Mas o texto proposto vai além. Entre os pontos que extrapolam estão as alterações na legislação previdenciária e, principalmente, a simplificação das relações de trabalho.

No campo das relações de trabalho, ele traz inovações perigosas, como a flexibilização da fiscalização do trabalho, o reconhecimento de pleno direito dos acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia, a redução dos depósitos prévios para interposição de recursos na Justiça do Trabalho. Além disso, dispensa essas empresas de: a) afixação de quadro de trabalho em suas dependências; b) anotação de férias dos empregados nos livros e fichas de registro; c) posse de livro de "inspeção do trabalho"; d) comunicação ao Ministério do Trabalho da concessão de férias coletivas.

TRATAMENTO ESPECIAL

Em relação à fiscalização, que abrange aspectos sanitários, ambientais, de segurança, metrológico (pesos e medidas), e, principalmente, trabalhistas, a lei determina que sua natureza seja prioritariamente orientadora, observando o critério de dupla visita para lavratura de atos de infração. Assim, caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita, o agente público deverá formalizar Notificação de Orientação para Cumprimento de Dispositivo Legal.

Para as empresas com receita bruta anual de até R$ 36 mil, além das garantias asseguradas às micro e às empresas de pequeno porte, será concedido um tratamento especial, como a dispensa, por três anos, de pagar: a) contribuição sindical; b) contribuição para o sistema "S"; c) adicional de 10% sobre o FGTS destinado ao financiamento do acordo judicial para pagamento da URV.

FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA

Na questão previdenciária, o texto faz inúmeras modificações, entre as quais merece destaque a inclusão previdenciária. É fixada uma alíquota de 11% sobre o salário mínimo para o segurado individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparada, e para o segurado facultativo que optar pela exclusão do direito ao benefício por tempo de contribuição.

O projeto de lei complementar, cuja redação ficou a cargo do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), merece uma melhor análise nos aspectos que extrapolam o propósito inicial, especialmente na parte que diz respeito às relações de trabalho. A flexibilização da fiscalização pode ser o primeiro passo para a flexibilização do próprio Direito do Trabalho.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

A unidade real dos bancários

A campanha salarial deve ser articulada com a luta pela reeleição de Lula porque houve avanços no seu governo, como o fim da privatização dos bancos públicos

EDUARDO NAVARRO

A data-base dos bancários é em 1º de setembro e a tendência é que ocorra mais uma campanha salarial radicalizada e com possibilidades reais de greve nos bancos. A categoria está disposta a arrancar aumento real de salário, a buscar a valorização do trabalho e por fim às metas abusivas. Porém, do outro lado da mesa se encontra o segmento empresarial que mais lucro obteve ao longo das últimas décadas, o que prenuncia uma negociação dura.

Os onze maiores bancos já estão no clube do bilhão há algum tempo, fruto dos generosos juros dos títulos públicos, pela cobrança desenfreada das tarifas bancárias e pela facilidade do crédito consignado aos aposentados e funcionários públicos. Recentemente, o setor financeiro tem lucrado com a queda da taxa de juro real promovida pelo Banco Central ao manter elevada sua taxa de juro para os tomadores de empréstimo bancário, operação esta conhecida como spread bancário.

A categoria bancária já realizou diversas conferências regionais e estaduais em preparação para a VIII Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, no final de julho, em São Paulo. Nesta conferência foram definidos a estratégia, o eixo político, as bandeiras de mobilização, o índice geral de reajuste e as outras reivindicações dos trabalhadores para a campanha salarial deste ano.

A conferência de Bahia e Sergipe, ocorrida em meados de julho, aprovou como eixo político a orientação de que a campanha salarial deva se dar de forma articulada com a luta pela reeleição do governo Lula por entender que nestes quatro anos não houve ameaça de privatização aos bancos públicos. Pelo contrário. Estas instituições foram valorizadas e voltaram a ter papel social na sociedade através do financiamento à produção e ao desenvolvimento e ao incorporar amplas faixas da população aos serviços bancários e ao crédito. A resolução aponta ainda para a necessidade do governo Lula apresentar à sociedade uma carta ao povo brasileiro contendo um projeto de desenvolvimento nacional, popular e democrático.

REGRESSÃO NA ERA FHC

O grande desafio, porém, para esta campanha salarial e para o fortalecimento da categoria é a construção da unidade real dos trabalhadores dos bancos públicos e dos privados. Este é o debate mais acalorado na categoria, no qual os classistas procuram elevar o nível da discussão colocando-o num patamar político, saindo da visão meramente economicista.

O funcionalismo dos bancos públicos – BB, CEF, BNB e BASA

Divulgação

– teve os seus contratos de trabalho precarizados pelo governo FHC. Durante os oito anos do tucanato, as campanhas salariais deste segmento, a despeito de ter realizado muita luta e movimento paredista, se encerraram sem reajuste ou com reajuste próximo a zero, além das retiradas de direitos, de perseguições e de demissões. A partir de 1998 os bancos públicos implementaram um contrato de trabalho flexibilizado para seus novos concursados no qual não estão previstos direitos e benefícios conquistados historicamente pelos trabalhadores destas instituições. A existência de dois contratos de trabalho diferentes em uma mesma empresa denota a discriminação a que estes últimos têm se deparado e que tem provocado elevado nível de radicalização.

Os bancos da rede privada, por seu turno, também promoveram forte processo de reestruturação produtiva na década de 90 que levou à eliminação de milhares de postos de trabalho, à introdução de tecnologia de ponta e mudança no perfil profissional, este orientado para funções polivalentes e com reduzida estrutura hierárquica. Outro fator que aprofundou o ritmo de transformação no setor privado foi o processo de fusão e aquisição dos antigos bancos estaduais no seu processo de privatização. A sobreposição das estruturas de departamentos e de agências entre o banco comprador e o banco comprado levou a nova redução de postos de trabalho. Os bancos privados substituíram quase que completamente os seus quadros de funcionários, sendo que os mais antigos hoje ocupam cargos executivos ou de direção.

O funcionalismo dos bancos públicos teve os seus contratos de trabalho precarizados por FHC; já no setor privado cresce o lucro

EXTREMOS EQUIVOCADOS

A dificuldade encontrada nas três últimas campanhas salariais refere-se à forma de condução da luta e ao conteúdo das reivindicações constante na minuta. As tendências mais governistas conceberam uma campanha unificada de cima a baixo, que engessou as demandas específicas oriundas do governo FHC, na compreensão que desta forma blindariam o governo Lula. Por outro lado, as tendências voluntaristas rebaixaram a discussão para o patamar economicista com a compreensão de que as perdas históricas só seriam repostas através de campanhas separadas, levando assim à divisão da categoria.

Ambas as posições não compreenderam a dimensão dialética de que seria possível unificar o conjunto dos trabalhadores numa pauta geral, desenvolvendo concomitantemente a luta pelas especificidades, mantendo a autonomia e independência do movimento sindical e mesmo assim apontando os avanços do governo Lula. Os bancários foram mais conscientes que muitos dirigentes, fizeram greve e estão repondo, paulatinamente, suas perdas.

Ao buscar a renovação do contrato coletivo nacional de trabalho, não podemos neste ano esquecer que atrás das similitudes do "fazer bancário" se encerram especificidades que precisam ser resolvidas de forma concreta, tais como as perdas salariais do período FHC, a recomposição dos planos de cargos e salários e do quadro de carreira, e, principalmente, o fim das discriminações com medidas isonômicas.

Portanto, a construção de uma Campanha Salarial Nacional Articulada com uma mesa geral discutindo as reivindicações gerais, de um lado, e as mesas de negociação específicas com minutas por banco público, por outro lado, constitui a nossa estratégia para a batalha dos bancários que agora se inicia.

Eduardo Navarro é presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, secretário de políticas sindicais da Confederação Nacional dos Bancários e coordenador nacional dos bancários classistas

Campanha salarial classista: o que fazer?

AUGUSTO PETTA

Algumas propostas concretas para mobilizar os trabalhadores e realizar a necessária articulação entre as lutas política, econômica e ideológica

Maurício Morais/Arquivo Sindicato dos Metroviários de São Paulo

Em artigo publicado na última edição da revista *Debate Sindical*, afirmamos que o grande desafio que os sindicalistas classistas precisam enfrentar nas campanhas salariais é o de mobilizar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, transmitir a eles a necessidade da articulação entre a luta política, econômica e ideológica, envolvendo-os no processo de transformação da sociedade. O objetivo deste artigo é apresentar algumas sugestões que os sindicalistas classistas devem utilizar para responder a este desafio.

Em primeiro lugar, a diretoria da entidade deve planejar a campanha; inicialmente, promove-se um debate envolvendo as principais lideranças para fazer análise da conjuntura política e da realidade da categoria no contexto em que a campanha se desenvolve. Discute-se, assim, a correlação de forças e, portanto, as possibilidades de êxito da campanha. Deve-se levar em consideração os objetivos a serem alcançados baseados nas demandas da categoria e nas perspectivas políticas e ideológicas da diretoria, as metas, os projetos prioritários a serem desenvolvidos, os recursos humanos e materiais disponíveis, o cronograma de atividades, os possíveis problemas a serem enfrentados e os resultados esperados.

A primeira assembléia que deverá elaborar a pauta de reivindicações e discutir as primeiras tentativas, junto ao sindicato patronal, para abertura de negociação, deve ser precedida de uma pesquisa junto à categoria para detectar quais são as suas reivindicações prioritárias. Evidentemente, deve-se levar em consideração as cláusulas vigentes na convenção ou dissídio da categoria. Nas assembléias, que devem ser amplamente convocadas, a diretoria deve desenvolver atividades que visem à formação política da categoria, como, por exemplo, promover debates sobre a conjuntura política e econômica em que a campanha se desenvolve ou sobre o que fazer diante das dificuldades para mobilizar a categoria. É necessário conhecer os dados relativos às perdas salariais no período.

ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

A campanha salarial não deve ficar circunscrita à diretoria da entidade e a alguns ativistas. Deve atingir a categoria como um todo e ser divulgada junto a outras entidades sindicais, quer sejam de

Opinião pública deve ser conquistada, já que é fundamental o apoio da sociedade

trabalhadores da mesma categoria de outras cidades, quer sejam de trabalhadores de outras categorias da própria cidade e região. A divulgação da campanha necessita ser a mais ampla possível. A opinião pública precisa ser favorável. É fundamental obter apoio dos trabalhadores em geral às reivindicações da nossa categoria.

No início do processo de negociação – se ocorrer normalmente – deve ser estabelecido com os sindicatos patronais um calendário que considere as datas das negociações e das assembléias de trabalhadores e patronais. Caso os patrões não abram negociação ou emperrem as mesmas com respostas evasivas, com adiamentos constantes da realização das conversações e com ausência de respostas às reivindicações, os sindicatos de trabalhadores devem comunicar à categoria e à população, denunciando as manobras patronais. É importante que aqueles que usam de bens e serviços desenvolvidos pelos trabalhadores tenham conhecimento da forma arbitrária com que, em muitos casos, as demandas são tratadas.

Muitas entidades realizam campanhas conjuntas, coordenadas por federações, confederações, centrais ou mesmo por um comando formado pelas próprias entidades. Neste caso, é adequado que a pauta seja unificada, que haja constantes reuniões para uniformizar o posicionamento de rejeição ou de aceitação das contra-propostas patronais e que as formas de luta sejam comuns. Este é o momento adequado para esclarecer a categoria sobre a importância das entidades de nível superior

As campanhas devem servir para criar ou fortalecer as OLTs, indispensáveis para o enraizamento sindical e o avanço das lutas

(federação, confederação e central sindical).

É importante que no processo de negociação participem, além das lideranças principais, novos ativistas que vão se formando na prática, combinada com discussões teóricas e leituras relacionadas ao próprio embate entre patrões e trabalhadores. Nos casos em que já existem organizações por local de trabalho (comissões de empresa, delegados sindicais, grupos organizados), estas devem estar em plena atividade durante a campanha. Elas permitem que os sindicatos sejam cada vez mais enraizados e fortalecidos. Estas organizações devem debater os rumos da campanha, desenvolver atividades que visem elevar o nível de consciência política, promover novas sindicalizações, convidar os trabalhadores às assembléias. Onde não há OLTs, deve-se batalhar para que sejam criadas sob o impacto da própria campanha.

DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

A relação entre a diretoria da entidade e a categoria precisa ser democrática e transparente. A

www.galizacig.com

para que as campanhas sejam vitoriosas

categoria deverá ser informada de todos os passos da campanha. Não podemos, de nenhuma forma, partir de que a categoria não irá participar; é preciso acreditar que, mesmo nas condições adversas que nos encontramos, é necessário trabalhar para a mobilização. As propostas aprovadas nas assembléias são as que devem ser encaminhadas no processo de negociação. Há dirigentes sindicais que alteram as propostas, por conta própria, favorecendo os interesses patronais. As alterações das reivindicações, se necessárias, assim como a aprovação ou não das contra-propostas patronais, devem ser feitas em assembléias, com a aprovação da totalidade ou da maioria dos presentes. A diretoria deverá solicitar poderes especiais para assinatura da convenção coletiva após a decisão da assembléia a favor da assinatura, e não antes.

Nestes tempos de neoliberalismo, tem sido comum nas campanhas salariais que os sindicatos patronais também apresentem a sua "pauta de reivindicações", o que, na prática, significa retirar direitos dos trabalhadores. Esta flexibilização, às vezes, aparece de forma explícita e, em outros momentos, aparece de maneira camuflada. Neste caso, PLRs (Participação nos Lucros e Resultados), cestas básicas e outras cláusulas são colocadas como compensação ao não reajuste salarial de acordo com a inflação.

Maurício Morais/Arquivo Sindicato dos Metroviários de São Paulo

A greve é o principal instrumento de luta e deve ser utilizada de forma adequada para reforçar a união e a consciência política

Entre as várias formas de mobilização e luta, os sindicatos classistas precisam implementar "dias de luta", ocasiões em que as reivindicações são debatidas, divulgadas, noticiadas na grande imprensa e na imprensa sindical, e atos públicos são realizados com a participação da categoria e dos trabalhadores em geral; paralisações parciais (por alguns minutos, por algumas horas) ou greves, quando os outros caminhos se tornarem inviáveis para a obtenção das reivindicações exigidas.

A greve, evidentemente, constitui-se num grande instrumento de luta. Trata-se do momento em que a exploração do trabalho atinge níveis intoleráveis e que os trabalhadores se negam a trabalhar, utilizando-se deste meio para pressionar os patrões a cederem. Exatamente pela importância que adquirem, as greves precisam ser adequadamente utilizadas. Grandes desgastes, fruto da má utilização deste instrumento, podem prejudicar seriamente a luta dos trabalhadores. Nunca podemos nos esquecer da arma maior dos trabalhadores, a união. As greves são bem sucedidas quando, além das possíveis conquistas, fortalecem a unidade e o nível de consciência política dos trabalhadores.

No final de cada campanha, deve ser feita avaliação, buscando identificar os aspectos positivos e negativos, com sugestões já apontadas para a próxima campanha.

Augusto Petta é coordenador de formação sindical do CES e diretor do Sinpro-Campinas

A importância das políticas

Ao criar o Conselho Nacional de Juventude, o governo Lula acenou com a formalização de um conjunto de ações que incentivam o emprego e o desenvolvimento

JULIO CÉSAR CAMPANO

Uma das características mais marcantes da sociedade brasileira hoje é o seu elevado percentual de jovens. São 48 milhões com idade entre 15 e 29 anos. Se tomarmos por base esse elevado número de jovens, podemos compreender que a sua importância hoje não deverá ser a mesma que foi dada nas décadas passadas. Ao discutir políticas de juventudes, Cury (2004) estima que o jovem de hoje significará nas próximas duas décadas 40% da população entre 30 e 60 anos de idade. O jovem de hoje será a principal força produtiva do país, os futuros trabalhadores – como já o são. Constituirá o futuro brasileiro, o centro do desenvolvimento social em todas as suas faces: econômica, cultural, política e científica.

Em fevereiro de 2005, o presidente Lula, ao criar o Conselho Nacional de Juventude através da MP 238, acenou com a formalização de um conjunto de ações, uma alternativa de desenvolvimento a ser seguida nas políticas públicas para a juventude. Embora este objetivo não tenha sido explícito, a necessidade de se enfatizar a importância das políticas públicas para a juventude no desenvolvimento socioeconômico como um todo esteve presente ao torná-las objeto de interesse nacional. O ponto de partida foi uma situação emergencial. Após duas "jornadas" de ataque neoliberal somada a uma histórica concentração de rendas, o resultado que coube a juventude foi degradante. Em 2003, a PNAD do IBGE sinalizava 23,4 milhões de jovens (18-25 anos) com 3 milhões desempregados e 5,4 milhões sem o ensino fundamental completo.

Nas regiões metropolitanas, a situação verificada em 2003-2004 foi dramática. Para a taxa de participação na população na região metropolitana de São Paulo, temos 83,2% com idade entre 16 a 24 anos. Por outro lado, a taxa de desemprego para a mesma faixa etária ultrapassa os 30%. Para os 70% restantes, o que reserva o futuro? Empregos sem carteira assinada, ausência de qualificação profissional e abandono dos estudos? E para os 30% já

públicas para a juventude

vitimados pela selvageria do mercado de trabalho brasileiro construído pelos oito anos de neoliberalismo?

ESTRAGOS DO NEOLIBERALISMO

Embora os efeitos de duas décadas (80 e 90) de baixo crescimento econômico tenham se mostrado em todos os seguimentos do mercado de trabalho, é na faixa etária de 18 a 24 anos que seus efeitos são mais visíveis. Em breves análises comparativas entre as regiões metropolitanas no Brasil, podemos estimar o impacto da ausência de políticas públicas para a juventude e políticas de emprego e renda até 2002 com efeitos até em meados de 2004.

Luciano Catarino

Analisando os dados da PNAD, observa-se um aumento considerável na população entre 18 e 24 anos se estendido às regiões metropolitanas analisadas. Os dados demonstram que o número de jovens nas regiões metropolitanas é bastante significativo se comparados aos das respectivas capitais. Para a região de São Paulo, seriam acrescentados mais de um milhão de jovens, totalizando 2.493.548 jovens em toda a região.

Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do SEAD/Dieese, a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo em 2003, entre os jovens de 18 a 24 anos, foi de 30,1% sendo a maior taxa, excluindo as idades inferiores (10 a 17 anos) que não deveriam estar no mercado de trabalho. Em números absolutos, segundo estimativas, havia neste ano 631.800 desempregados entre 18 e 24 anos na região metropolitana de São Paulo. Em comparação, para a região metropolitana de Salvador, os dados são mais preocupantes – a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos foi de 44%. Na região metropolitana de Recife a taxa de desemprego deste segmento foi de 39%, sendo também a mais elevada entre os grupos de idade que estariam aptos para o mercado de trabalho a partir dos 18 anos.

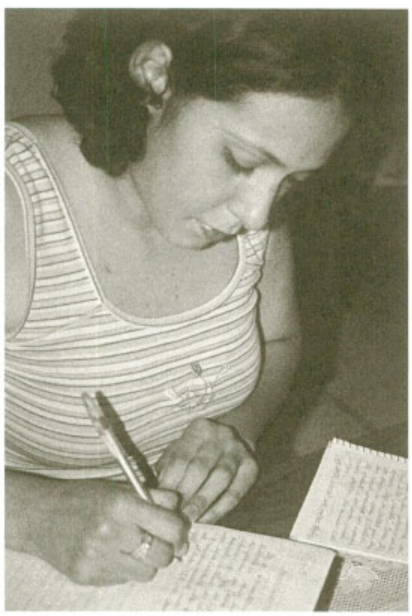
Taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos, na região metropolitana de São Paulo, foi de 30,1% em 2003

Em 2004 houve um pequeno recuo nas taxas de desemprego para os jovens. Na região metropolitana de São Paulo, ela caiu para 29, 2% e na de Salvador para 42%, representando quedas de 3% e 4,5% respectivamente. Mesmo com esta queda, ainda assim os dados de desemprego retratam a difícil situação enfrentada pelos jovens nas regiões metropolitanas. Segundo dados do Ministério do Trabalho de 2003, o contingente de desocupados para as quatro regiões (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador) dos jovens que estavam cadastrados no PIS/PASEP era de 901.729 nas regiões metropolitanas e de 545.181 nas capitais, ou seja, acrescentando os jovens que estavam fora do mercado formal de trabalho das capitais aos dos outros municípios destas regiões metropolitanas, o número aumentaria em 64,4%.

DESEMPREGO E ESCOLARIDADE

Do âmbito desemprego para o nível de escolaridade, os dados também se revelam dramáticos: Em uma análise por municípios, Recife possui 11.467 jovens desocupados sem o ensino médio completo, Salvador possui 16.052 e o Rio de Janeiro, 78.309. A cidade de São Paulo assume posição de destaque: representa quase 60% dos jovens desocupados do total das capitais e quase 45%

Após duas décadas de neoliberalismo, a situação dos jovens brasileiros é degradante



desses jovens não tinham ensino médio completo, ou seja, 139.863 pessoas. Ao total, os quatro municípios juntos possuem 245.691 jovens desocupados sem o ensino médio completo, ou seja, 45% do total dos desocupados.

Nas regiões metropolitanas, o total de jovens desocupados sem o ensino médio completo é de 410.611, sendo 23.588 na região do Recife, 25.541 na região de Salvador, 108.620 na região de São Paulo. Analisando aqueles que possuem o ensino médio completo até o superior completo nota-se que 80,6% dos jovens desocupados das capitais não acessaram ao ensino superior: são 15.460 no município do Recife, 19.627 em Salvador, 68.647 no Rio de Janeiro e 137.586 em São Paulo. Para as regiões metropolitanas o índice de jovens que não atingiram o ensino superior é semelhante aos das capitais: 82,4%, sendo, 21.650 na região metropolitana do Recife, 29.967 na região de Salvador, 90.719 na região do Rio de Janeiro e 262.615 na região de São Paulo.

Em 2003, segundo dados do MTE, havia um contingente de 1.440.407 jovens entre 18 a 24 anos de idade ocupados nas quatro regiões metropolitanas estudadas (incluindo as capitais). Para as capitais destas regiões o número de jovens ocupados era de 943.817. Do total das regiões metropolitanas, mais de 610 mil jovens não concluíram o ensino médio, o que representaria 42% do total deste segmento nas quatro regiões já citadas, que estavam ocupados em 2003. Já nas capitais, o total seria de 384.495 jovens que não concluíram o ensino médio, representado 40,8% da população dessas quatro capitais.

Além da escolaridade, é de extrema importância uma análise do fator salarial dessa faixa etária, pois os jovens ocupados ganham até três salários mínimos, em média, em 78% dos casos nas capitais verificadas e, em média, 79% dos casos nas regiões metropolitanas. Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, esses números giram em torno dos 90%, sendo um pouco menores nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, com 85,5% e 74,4% respectivamente. Complementando as condições precárias de emprego da população jovem, o tempo de permanência no emprego é relativamente pequeno: quase 50% desses jovens têm menos de um ano num posto de trabalho e apenas 13,8% estão no mesmo posto há mais de três anos nas capitais analisadas.

POLÍTICAS INTEGRADAS

No próprio debate das alternativas ao modelo de desenvolvimento que gerou esta

Em 2004, devido às políticas do governo Lula, ocorreu um pequeno recuo nas taxas de desemprego entre a juventude

situação, estão colocadas as possibilidades de avanço para a superação histórica dos entraves a uma sociedade mais igualitária. A realidade mostra que não é viável seguir um receituário de políticas fragmentadas, mas sim de amplas estratégias de desenvolvimento, considerando as principais características encontradas no Brasil de hoje. Entre elas, a juventude passa a desempenhar um importante papel ao se colocar como futura e atual força produtiva do país. No plano político, significa romper com amarras históricas de políticas

3 milhões de desempregados e 5,4 milhões sem o ensino médio completo

econômicas que em momento algum deram prioridades pontuais ao trabalhador brasileiro e sequer consideraram a previsão do aumento do número de jovens em nossa sociedade.

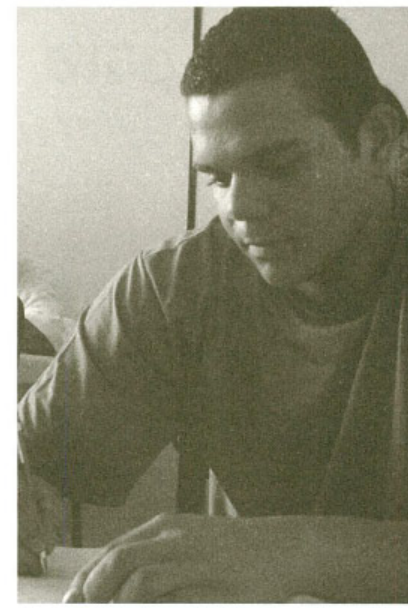
Este é o caminho pelo qual as políticas públicas para a juventude devem seguir se pretendem atuar decisivamente em um modelo amplo de desenvolvimento socioeconômico. O jovem brasileiro "não quer só comida", ou seja, não quer só emprego. Implícito nesta afirmação está a necessidade de formá-lo como um cidadão integral, com educação, cultura, lazer, saúde e acesso às possibilidades advindas desses produtos sociais, cujo eles são produtores também. Mas não só isoladamente, e sim, integralmente ao proporcionar meios para que ele construa estes elementos com autonomia.

Diversos estudos e práticas mostram que uma integração entre trabalho e educação pode potencializar, e, principalmente, preparar nossos jovens para um futuro igualitário quando considerada na concepção de políticas públicas para a juventude. Neste sentido, é importante defender este ponto de vista, fundamentar, justificar e tornar viável a implementação de políticas que superem a condição atual dos jovens no Brasil.

Fotos: Luciano Catarino

A alternativa a ser defendida é que somente ações focalizadas em aspectos particulares da juventude não são eficientes e, tampouco, eficazes. As experiências locais de diversos municípios, somados ao importante avanço do governo federal (Projovem e Escola de Fábrica, entre outros), têm proporcionado êxitos e se mostrado como exemplo a ser seguido, e ao gosto da juventude, dado a ela autonomia em questionar essas experiências para sua melhoria. Por outro lado, mostram-se como elementos importantes de políticas de sustentação de crescimento econômico e controle do mercado de trabalho por parte do Estado, contribuindo assim para uma idéia mais ampla de políticas públicas. Tal qual o jovem sempre pensa no futuro questionando o passado e tornando possível o presente de transformações.

Em direção oposta, o Estado de São Paulo anunciou na primeira semana de maio de 2006 a construção de duas unidades da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) no município de Santo André, no local da desativada Escola Estadual Prof. José Prado de Silveira, que será demolida. O local tem 8,5 mil m² e duas quadras poliesportivas. O prédio a ser demolido conta com



mais de 30 salas. Para este polêmico e estúpido modelo de políticas públicas para a juventude, o governo estadual prevê um "investimento" (ou "custo") de R$ 5 milhões.

BIBLIOGRAFIA

- Balbino, A. *As políticas públicas como alternativa*. Debate Sindical, nº 49, novembro de 2004;

- Carneiro, P. A experiência de formação profissional do CES. Debate Sindical, nº.49;

- Cury, A. Uma política para os Jovens. In: *www.projovem.gov.br*, 2004;

- Observatório da Educação e do Trabalho. Mapa da educação do ensino médio e ensino superior do ABC. Santo André, SEFP/ Prefeitura Municipal de Santo André, 2004;

- Observatório da Educação e do Trabalho. PIQ (Programa Integrado de Qualificação), Lei 8.804 de 13 de dezembro de 2005. Prefeitura Municipal de Santo André.

Julio César Campano Floriano é professor, mestrando em sociologia pela Unicamp, técnico-pesquisador do Observatório da Educação e do Trabalho e coordenador de programas educacionais no Departamento de Educação do Trabalhador da Secretaria de Educação e Formação Profissional de Santo André

Na busca de alternativas viáveis para o Brasil

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

Neste ano de eleições gerais – para presidente da República, governadores de Estado, senadores e deputados federais e estaduais – cresce a necessidade da discussão aprofundada sobre os temas relevantes e a construção de alternativas viáveis para o Brasil.

Os engenheiros decidiram dar a sua contribuição a esse rico processo com o projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) com o apoio de seus sindicatos filiados, entre eles a entidade do Estado de São Paulo.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

"Vêm sendo realizados em todo o país seminários discutindo os temas considerados essenciais a um projeto de desenvolvimento nacional: energia, transportes, comunicação, meio ambiente, saneamento, recursos hídricos, sistema viário, ciência e tecnologia e agricultura. Cada um desses eventos tem como base uma nota técnica elaborada por um especialista da área em questão, que é debatida com profissionais de várias partes do Brasil e aprimorada".

O projeto "Cresce Brasil" é uma rica iniciativa sindical dos engenheiros

"Em setembro próximo, quando se realiza o VI Congresso Nacional dos Engenheiros na cidade de São Paulo, estará formatado um documento com as propostas da categoria para um Brasil melhor. Esse material será oferecido aos candidatos como contribuição à construção de uma nação verdadeiramente justa e soberana. Será também bandeira de luta constante da FNE".

CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO

Até aqui reproduzi as palavras do engenheiro Murilo Pinheiro, presidente da FNE e do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo. O que tenho a acrescentar seria a confirmação da pujança do projeto. Já foram realizados os seminários temáticos em várias capitais brasileiras e em grandes cidades do Estado de São Paulo; na ponta do lápis, contabilizei mais de 2500 participantes, entre dirigentes sindicais, engenheiros, professores, alunos de engenharia e técnicos.

EIXOS ARTICULADORES

Em uma das reuniões de trabalho entre a direção da FNE e o corpo de consultores, a qual assistiu o professor Carlos Lessa, foram delineados alguns temas que aparecem como eixos articuladores da proposta: o Brasil precisa crescer a taxas anuais de 6%, com 25% do PIB investidos e com criação de empregos e distribuição de renda.

UMA UTOPIA REALISTA

Os engenheiros são parte integrante e parte interessada neste progresso; o projeto "Cresce Brasil" é a senha de embarque nesta utopia realista. Já existem vários sinais fortes de convergência entre a iniciativa da FNE e muitas outras iniciativas, algumas delas tendo os engenheiros como origem e destino. À força da idéia e do exemplo soma-se a força da unidade.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

A "doença argentina" e as galinhas brasileiras

Por que o país mais rico da América Latina não conseguiu realizar no século XX seu "destino manifesto" de grande potência?

www.argentina.indymedia.org

JOSÉ LUÍS FIORI

Existe um enigma que segue sem resposta, na história da Argentina: por que o país mais rico da América Latina não conseguiu realizar no século XX o seu "destino manifesto" de grande potência? No último quarto do século XIX, depois do fim da Guerra do Paraguai, entre 1870 e 1914 – como no caso dos Estados Unidos, Alemanha e Japão – a economia e a sociedade argentinas viveram uma "Idade de Ouro": neste período de 34 anos, o PIB argentino cresceu de forma contínua, a uma taxa média de cerca de 7% ao ano – a maior do mundo, no período – ao mesmo tempo em que crescia a renda *per capita* dos argentinos, a uma taxa de 3,8%, igualmente, a maior do mundo. Como conseqüência, no início do século XX, a renda per capita dos argentinos era quatro vezes maior do que a renda dos brasileiros, e o dobro da renda dos norte-americanos.

O crescimento da economia argentina, depois da Guerra do Paraguai, foi liderado, na maior parte do tempo, pela exportação agro-pastoril, mas se deu também na indústria, e na maior parte do tempo, foi também induzido pelos investimentos na construção da extensa rede ferroviária que integrou o mercado nacional argentino, antes do fim do século XIX. Sua pauta de exportações agrícolas era diversificada, e sua população já vivia predominantemente nas regiões urbanas, onde 64% trabalhavam na indústria, comercio ou setor de serviços. Por fim, no início do século XX, 1/3 dos argentinos viviam em Buenos Aires, uma cidade sofisticada, com alto nível educacional e cultural, e que foi durante muito tempo, uma espécie de capital européia da América Latina.

Em síntese, na véspera da 1ª Guerra Mundial, a Argentina era o país mais rico do continente latino-americano, era um dos dez países mais ricos do mundo, e tinha todas as condições para se transformar na potência hegemônica da América Latina, e numa potência econômica mundial. Mas não foi isto que aconteceu. Sobretudo depois de 1930, quando a Argentina começa a perder o impulso econômico da sua Idade de Ouro, e sofre um processo social de fragmentação política, cada vez mais profunda e radical.

LUGAR COMUM DOS NEOLIBERAIS

Mais recentemente, entre os economistas, e em particular entre os neoliberais, se transformou num lugar comum atribuir a responsabilidade deste "fracasso argentino" ao "populismo macroeconômico" do governo Perón. Apesar de que Juan Domingo Perón só tenha governado a Argentina entre 1945 e 1955, e depois, muito

www.argentina.indymedia.org

rapidamente, entre 1973 e 1974. E apesar de que todas as evidências indiquem que foi nas décadas de 1930 e 1970 que a economia argentina perdeu de fato o seu fôlego expansivo, atrasando-se em relação ao ritmo dos seus concorrentes mais próximos. Exatamente nas duas décadas em que a Argentina enfrentou duas grandes crises internacionais, e respondeu à turbulência global reforçando sua opção do século XIX, por uma "economia aberta", e por uma política econômica ultraliberal. Primeiro, nos anos 30, com a "restauração conservadora" do General Justo, e depois, nos anos 70, com o "fascismo de mercado" do General Viola e do ministro de economia, Martinez de Hoz, que implantaram na Argentina o modelo político-econômico que já havia sido introduzido no Chile, em 1973, e no Uruguai, em 1974.

Segundo estimativa do economista argentino, Ernesto Lavagna, entre 1930 e 1945, o Brasil cresceu a uma taxa média que duplicava seu PIB a cada 28 anos, enquanto a Argentina precisaria de 42 anos para fazer o mesmo. E de novo, na década de 1970, o Brasil cresceu a uma taxa que duplicava seu PIB a cada 9 anos, enquanto a Argentina precisaria de 29 anos. Mas atenção, porque mesmo depois da 1º Guerra Mundial, e da crise de

Políticas monetárias e fiscais ortodoxas limitaram o papel do Estado na economia na Argentina, em nome do equilíbrio fiscal

1930, a economia Argentina seguiu crescendo e se industrializando, e a sua sociedade seguiu enriquecendo e sofisticando-se. De tal forma que o PIB argentino só foi superado pelo Brasil e pelo México, na primeira metade da década de 50, e apesar disto, a renda *per capita* e o nível educacional da população argentina seguiu sendo quase o dobro da brasileira e da mexicana até o final do século XX.

O problema é que depois de 1930 o crescimento da economia argentina se deu de forma cada vez mais instável, com uma sucessão de ciclos econômicos cada vez mais curtos e intensos ("bipolares"), com grandes taxas de crescimento seguidas de profundas crises e depressões econômicas. E apesar disto, a política econômica manteve-se quase a mesma: uma combinação de investimentos e créditos estrangeiros com políticas monetárias e fiscais ortodoxas, e limitado papel do estado na dinamização da econômica, em nome do equilíbrio fiscal. Uma espécie de "recorrência inercial" que não resultou de uma política consistente, pelo contrário, foi uma conseqüência "não buscada" da diversidade contraditória dos interesses exportadores, e da heterogeneidade dos interesses industriais e dos trabalhadores, que puderam conviver de forma relativamente pacífica durante o período de alto crescimento contínuo, da Idade de Ouro, mas que depois não conseguiram mais encontrar entre si, algum denominador comum que pudesse ser politicamente eficiente.

Por isto, uma das lições mais importantes desta história argentina é que do ponto de vista estritamente conjuntural este "padrão de desenvolvimento", posterior a 1930, teve um desempenho médio extremamente razoável. A economia argentina cresceu a uma taxa média de 2,95% ao ano, entre 1913 e 1950; de 3,78% ao ano, entre 1950 e 1973; e de 2,06%, ao ano, entre 1973 e 1998. (Maddison, 2001). Um desempenho melhor do que o do Brasil entre 1980 e 2006. O problema é que a reprodução destes mini-ciclos de crescimento, junto com a preservação da política reativa e liberal, ao lado de um conflito distributivo cada vez mais intenso, acabou erodindo o horizonte de expansão de longo prazo da riqueza e do poder da Argentina. Depois de 1930, ficou cada vez mais difícil formar uma coalizão de poder consistente e com a força suficiente para arbitrar interesses e impor um projeto nacional de longo prazo, por cima e contra a imposição mecânica dos mini-ciclos de mercado, semelhantes aos "vôos da galinha" do novo "padrão de desenvolvimento brasileiro", implantado em 1994.

José Luís Fiori é professor de economia política internacional nas universidades federal e estadual do Rio de Janeiro

A luta social contra a flexibilização na França

As duas recentes ondas de protesto, no "centro" e na "periferia", revelam a degradação do trabalho e o desmantelamento da proteção social

MARCO AURÉLIO SANTANA

Em cerca de seis meses a França viveu duas grandes ondas de protesto. Uma deflagrada pelos jovens dos subúrbios de suas cidades, fazendo emergir, a cada noite de conflito, anos de discriminação, desemprego e pobreza. A outra, de trabalhadores e estudantes que movimentaram o centro das cidades francesas, contra a imposição do trabalho "precário". Assim, o país conviveu com revoltas no "centro" e na "periferia". Apesar das distâncias sociais que separaram tais protestos, por trás dos mesmos pode-se ver claramente as digitais das mudanças no mundo do trabalho, do desmantelamento da proteção social e do esgarçamento dos vínculos sociais, que submetem, ainda que de forma diferenciada, as sociedades ao redor do globo.

www.cgtdale66.ras.eu.org

A LÓGICA DA FLEXIBILIZAÇÃO

Após a reforma das aposentadorias em 2003, o governo Chirac tentava também alterar a legislação trabalhista no sentido de uma maior "flexibilidade", dando às empresas instrumentos mais "modernos" de contratação. O discurso era o mesmo de outros países: a rigidez do contrato de trabalho impede a criação de empregos.

O projeto permitia a contratação flexível na França, abrindo a possibilidade das

Por isso, o primeiro-ministro Villepin, em sua "batalha pelo emprego", aprovou, em agosto de 2005, o chamado CNE, nova forma legal que permitia a contratação flexível, abrindo a possibilidade de demissão sem justificativa, apenas com um aviso prévio. A demissão sem justificativa estava em franca contradição com dispositivos internacionais, tais como o artigo 4 da Convenção 158 da OIT, que é contrário a esse tipo de prática e cuja formulação foi incorporada no artigo 24 da Carta Social Européia, ratificada pela França em maio de 99. Buscava-se deslanchar a utilização dos contratos por tempo determinado (CDD) em detrimento dos contratos por tempo indeterminado (CDI). Os sindicatos indicaram logo que isso era uma cunha aberta à flexibilização geral.

Frente à revolta de 2005, o governo buscou reagir lançando mão, entre outras políticas, da abertura da legislação trabalhista, para supostamente facilitar aos jovens o acesso ao mercado de trabalho. Isso se deu via a "lei da igualdade de oportunidades" que, entres seus pontos, visava facilitar às empresas a contratação de jovens menores de 26 anos, o contrato primeiro emprego (CPE). Para os patrões isso se daria tanto pela desoneração fiscal, como pelo período de experiência de dois anos e pela possibilidade de demissão dos novos contratados a qualquer momento e sem justificar as causas.

O governo, sem muitas consultas à sociedade, decidiu, recorrendo ao dispositivo constitucional, adotar a lei sem votá-la, num período de início de férias letivas. Além disso, pareceu

Cifras de desemprego atingem cerca de 9% da PEA; entre os jovens de 15 a 24 anos elas chegam a 22%, dobrando no subúrbio

apostar na divisão do sindicalismo francês. A estratégia parecia dar certo. As primeiras reações das ruas foram um tanto esvaziadas, contando com a participação dos sindicatos de trabalhadores e dos estudantes. A aposta era na entrada da massa de estudantes, o que se daria em peso no recomeço das aulas, bem como na ampliação da entrada de trabalhadores no movimento.

A LÓGICA DO MOVIMENTO

O movimento não se fez esperar. Entre as várias associações de trabalhadores e estudantes que formaram uma coordenação para dirigi-lo, ressaltava neste processo, apesar das diferenças, a unidade conseguida pelas duas importantes referências sindicais: a CGT (de fortes vínculos com o Partido Comunista Francês) e a CFDT (de tom mais negociador e reformista, tradicionalmente ligada ao setor à direita do Partido Socialista), num raro momento na história sindical recente do país.

Mesmo com o ascenso da luta, que conseguiu construir uma opinião pública desfavorável à lei, Villepin insistia em mantê-la. Não só pelo interesse em empreender políticas de flexibilização, mas também para demonstrar firmeza para a opinião pública e no interior de seu partido, onde disputa a vaga de candidato às eleições presidenciais de 2007.

Frente ao endurecimento do

demissões sem qualquer justificativa por parte das empresas

governo, o movimento se intensificou e o país entrou em ebulição. O movimento se desdobrou em diferentes perspectivas. Passeatas, greves e ocupação de universidades e liceus, greve unitária e interprofissional, chegando mesmo à interrupção de estradas e linhas férreas, entre outras. Além do importante trabalho da coordenação, muitas ações autônomas nutriram a mobilização.

Apesar da crescente participação de trabalhadores, foram os estudantes o peso definitivo do movimento. Diferentemente dos jovens das revoltas das *banlieues*, ali se viam majoritariamente jovens de classe média. Nas palavras de ordem, diziam-se apreensivos com o seu "futuro" via "emprego precário", recusavam ser a "geração precária" no presente e no futuro e indicavam sua preocupação com a falta de espaços no mercado de trabalho. As cifras de desemprego confirmam. No geral elas atingem cerca de 9%, e entre os jovens de 15 a 24 anos chegam à 22%, podendo mesmo dobrar quando se trata especificamente dos jovens das áreas carentes dos subúrbios. Assim, a sua maneira, a juventude, considerada apolítica e individualista, dava uma demonstração de que poderia ser algo mais.

VITÓRIA E DILEMAS

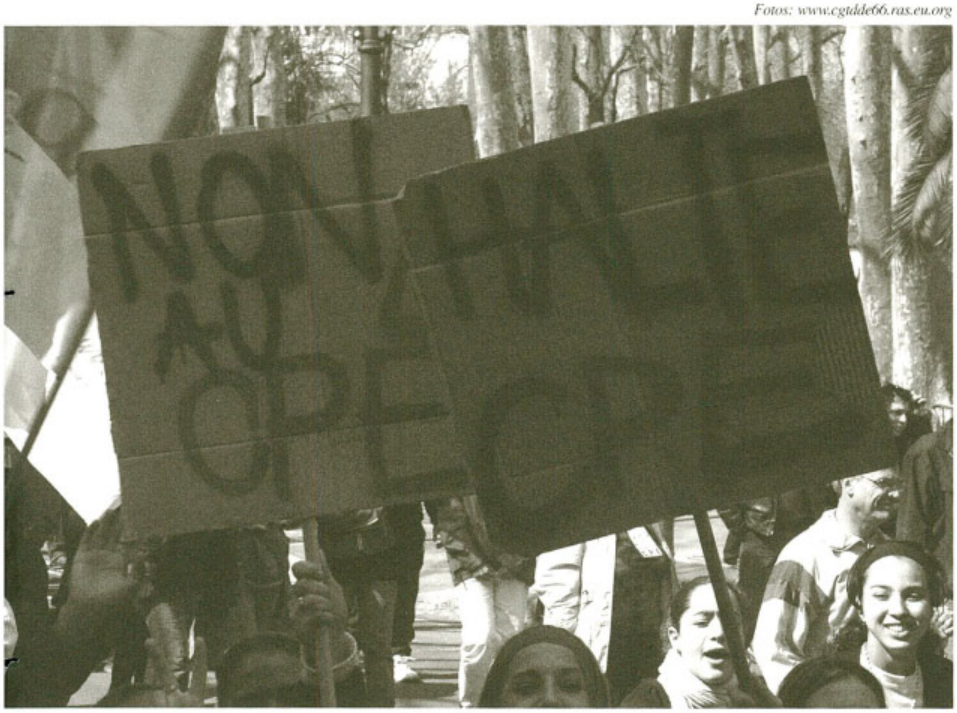
O ápice das manifestações se deu no dia 28 de março de 2006, em um movimento que entrou para a história das lutas sociais na França. No dia mesmo da greve interprofissional cerca de 1 milhão de pessoas, segundo fontes oficiais, e 3 milhões, segundo os sindicatos, saíram às ruas para protestar.

Fora das ruas, a intersindical de trabalhadores e estudantes efetivava, nas negociações, a palavra de ordem do movimento: retirada do CPE. No campo parlamentar, a esquerda buscava pressionar também para a revisão da lei. O sindicato patronal, diante de tanta pressão e péssima publicidade, preferiu esperar antes de dar o sinal verde ao seu setor, indicando que havia ocorrido um mau encaminhamento da questão. Ao presidente, caberia sancionar ou não a lei. Ele optou pelo dúbio. Aprovou, mas solicitou sua volta ao parlamento para alterações.

Isso não aplacou as ruas que só aceitariam uma única opção: a retirada do CPE. Diante do impasse, membros do partido do governo iniciaram a negociação da saída. Uma semana depois, Villepin, a contragosto, enviava novo projeto ao parlamento, que mantinha a lei, mas retirava os pontos atacados pelas ruas. Era o fim do CPE. Vitória indiscutível do movimento organizado de trabalhadores e estudantes.

Contudo, deve-se lembrar que apenas um dos instrumentos da flexibilização foi derrotado. Resta saber se a capacidade de organização, mobilização e unidade conseguida nestas jornadas, e que fez com que o movimento saísse vitorioso, servirá de acúmulo para enfrentamentos futuros. Além disso, há o dilema de conseguir associar os protestos e mobilizações do "centro" e da "periferia", unindo, no projeto político, a fragmentação do que seriam mundos aparentemente tão distantes, mas na verdade intrinsecamente relacionados.

Fotos: www.cgtdde66.ras.eu.org



Marco Aurélio Santana é professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

A democracia burguesa e

Na relação conflituosa entre o proletariado e a burguesia, a luta dos trabalhadores pela conquista do sufrágio universal revela a importância da democracia política

Ilustração do livro "História de um crime (Depoimento de testemunha)", Victor Hugo

AUGUSTO BUONICORE

A demanda do sufrágio universal, ainda que apenas masculino, é antiga. Durante a Revolução Puritana da Inglaterra (1640-1649) esta bandeira esteve nas mãos das correntes populares, como os niveladores. Seu programa incluía, também, eleições parlamentares anuais, impossibilidade de reeleição e eleições para os magistrados e juízes. Alguns chegaram mesmo a defender o voto feminino. Mas esta corrente democrática foi derrotada pelo liberalismo, que ainda dava seus primeiros passos.

A segunda revolução inglesa – denominada Gloriosa – colocou, pela segunda vez, frente a frente, o rei e o parlamento. Novamente, o absolutismo foi derrotado e houve o triunfo do liberalismo com a aprovação da *Carta dos Direitos* (1689). Esta definiu que o poder político somente poderia ser exercido pelos grandes proprietários. Nessa época, liberdade não rimava com democracia, que era tida como uma espécie de despotismo das massas.

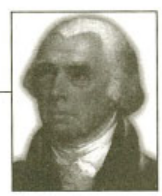
John Locke, o principal teórico da revolução inglesa, soube como ninguém sintetizar o grande objetivo do Estado liberal que se formava: "Todo governo não possui outra finalidade além da conservação da propriedade". Era, justamente, para garantir esse supremo objetivo que os não-proprietários deveriam ser excluídos do direito ao voto.

O mesmo processo ocorreu

a luta dos trabalhadores

durante a revolução norte-americana. Os membros da Convenção da Filadélfia (1787), convocada para a elaboração da nova constituição, foram eleitos por pessoas que possuíam algum tipo de propriedade. Parcela importante de seus integrantes era proprietária de escravos.

Para Hamilton, líder da jovem República, os assalariados não poderiam votar, pois, como as mulheres e crianças, não tinham a autonomia necessária. Dentro dessa mesma lógica elitista, Madison, o quarto presidente dos EUA, afirmou: "Se as eleições forem abertas a todas as classes do povo, a propriedade fundiária não será mais segura". Para estes revolucionários do século XVIII, o povo era como uma turba pronta a tomar de assalto a boa sociedade.



Os Estados Unidos, símbolo da democracia mais avançada na primeira metade do século XIX, até 1865, mantiveram a escravidão. Mesmo nos estados onde não havia escravos, os negros corriam riscos de morte se quisessem exercer o direito ao voto. Os linchamentos públicos eram constantes. Nos EUA, como no Brasil, escravismo e liberalismo não se mostravam incompatíveis.

A própria Revolução Francesa (1789), a mais avançada da época, não instaurou, de imediato, o sufrágio universal. Este nasceu no bojo da radicalização do processo revolucionário. Apenas foi sancionado pela constituição jacobina de 1793. Os embates com a contra-revolução impediram que o sufrágio, conquistado pelo povo, pudesse ser exercido. A reação que se seguiu à derrota dos jacobinos tratou de revogá-lo.

BANDEIRA DO PROLETARIADO

No entanto, foi apenas na segunda década do século XIX que o movimento pelo sufrágio universal ganhou corpo, passando a incluir o proletariado e setores da pequena e média burguesia. Estes setores estavam excluídos dos direitos políticos na quase totalidade dos países capitalistas. Na Inglaterra, berço do capitalismo moderno e do liberalismo, formou-se uma frente a favor da universalização do direito ao voto. Em 1832, o governo estendeu o direito para setores da classe média, mas manteve excluídos os operários. A frente democrática se rompeu e os trabalhadores assalariados tiveram que levar a sua luta sozinhos.

Entre 1837 e 1838, os operários ingleses elaboraram uma pauta de reivindicações políticas que se expressou através de uma carta ao parlamento. O programa possuía seis pontos: 1) instituição do sufrágio universal; 2) igualdade dos distritos eleitorais; 3) supressão do censo exigido dos candidatos; 4) eleições anuais; 5) voto secreto; 6) remuneração aos membros do parlamento. Esse importante movimento entraria para história com o nome de cartista. Mas a derrota da revolução operária na França, em junho de 1848, e o avanço dos setores mais conservadores levaram ao gradual desaparecimento do movimento.

John Stuart Mill (1806-1873), considerado um liberal avançado e progressista, foi um dos maiores defensores do voto qualificado, ou seja, diferenciado segundo a renda ou instrução. Escreveu ele: "Um empregador é mais inteligente do que um operário por ser necessário que ele trabalhe com o cérebro e não só com os músculos... Nestas condições, poder-se-iam atribuir dois ou três votos a toda pessoa que exercesse uma destas funções de maior relevo".

Direito de voto da mulher só vigora em 1918, na Inglaterra; em 1920, nos EUA; em 1934, no Brasil; e em 1948, na França

Na França, depois da derrota de Napoleão, ocorreu a restauração da dinastia dos Bourbon. Foi preciso uma nova revolução para que os princípios liberais burgueses pudessem reinar novamente. No entanto, a revolução de junho de 1830, apesar da forte participação popular, não trouxe de volta o sufrágio universal dos jacobinos e sim o sufrágio censitário dos liberais girondinos. Instaurou-se uma monarquia constitucional-liberal, sob a hegemonia dos banqueiros.

RESISTÊNCIA DA BURGUESIA

Precisar-se-ia de uma outra revolução – ainda mais radical – para que sufrágio universal voltasse a ser

"Se as eleições forem abertas a todas as classes do povo, a propriedade

Democracia burguesa foi uma conquista da luta do trabalhador contra a burguesia, que tentou excluí-lo da vida pública

implantado. Ela ocorreu em fevereiro de 1848 e teve uma participação decisiva do proletariado parisiense. Isto fez com que se tornasse bastante difícil negar novamente aos trabalhadores os seus direitos políticos. Os operários em armas conquistaram a República e a volta do sufrágio universal masculino. Mas a hegemonia no governo revolucionário coube aos republicanos burgueses, que buscaram neutralizar as reivindicações das massas operárias, que exigiam uma República social que lhes garantissem o direito à vida e ao trabalho.

Contra a vontade da burguesia, os trabalhadores obtiveram o direito de greve e de associação. Instituiu-se a jornada de trabalho de 10 horas em Paris. Proclamou-se o direito ao trabalho e instituíram-se as oficinas nacionais, que chegaram a empregar 100 mil operários. A revolução tinha ido longe demais e a burguesia se preparou para esmagar, pelas armas, as aspirações operárias. Para isso perpetrou um grande ato de provocação: fechou as fábricas nacionais e demitiu milhares de trabalhadores. Em 23 de junho começou a insurreição nos bairros operários. A luta nas barricadas durou três dias e acabou num banho de sangue.

Uma das medidas das forças vitoriosas foi excluir da lista de eleitores os que não tivessem residência fixa durante um determinado período, o que eliminou 3 milhões de votantes num colégio eleitoral de 9,5 milhões de cidadãos. A grande maioria dos excluídos era de operários. O sufrágio universal, agora mutilado, pregaria uma peça nos republicanos burgueses. Ironicamente a primeira eleição presidencial sob o sufrágio universal masculino conduziu Luís Napoleão, sobrinho do Imperador Napoleão Bonaparte, à Presidência da República. A partir de então os dias da "Republica Democrática" estariam contados. Em 1851, Bonaparte deu um golpe de Estado

Os mártires da Comuna (147 fuzilados em 28/5/1871)/Paul Moreau-Vauthier. Cemitério Pére-Lachaise, Paris

fundiária não será mais segura", afirmou o quarto presidente dos EUA

e, no ano seguinte, se proclamou Imperador.

AVANÇOS E LIMITAÇÕES

Somente após a Comuna de Paris em 1871, durante a III República, o sufrágio universal masculino conseguiu ser implantado efetivamente. Na Inglaterra, somente em 1928 estabeleceu-se o princípio democrático de "um adulto, um voto" e, em 1948, foram finalmente extintos os últimos redutos de voto qualificado. Assim, a terra do liberalismo só instituiria plenamente o sufrágio universal em meados do século XX.

As mulheres teriam ainda que lutar por vários anos para conquistar seus direitos de cidadãs mesmo nos países denominados democráticos burgueses. Na Inglaterra elas conquistaram o direito ao voto em 1918, nos EUA em 1920 e na França apenas em 1948. No Brasil isso aconteceu em 1934. Os negros e as negras estadunidenses só adquiriram seus direitos políticos na década de 1960.

Podemos afirmar que existia, na maior parte do século XIX, um amplo consenso liberal contra o sufrágio universal. A famosa consigna "um homem, um voto", que se tornou paradigma dos Estados democráticos modernos, soava como algo profundamente subversivo para os liberais burgueses. A própria palavra democracia era explosiva. Assim, contraditoriamente, o que conhecemos como democracia burguesa foi uma conquista da luta dos trabalhadores contra a própria burguesia que tentava excluí-los da vida pública.

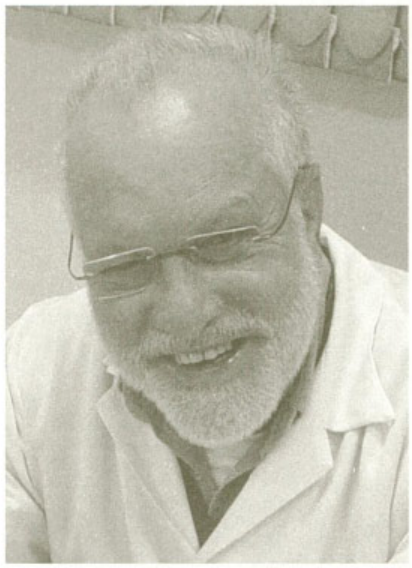
BIBLIOGRAFIA

- Arblaster, Anthony. *A democracia*. Editorial Estampa, Lisboa, 1988.
- Efímov, N. História Moderna. Editora Novos Rumos, SP, 1986.
- Losurdo, Domenico. *Democracia e bonapartismo*. Editoras Unesp e UFRJ, 2005.
- Marx, Karl. *As lutas de classe em França*. Editora Avante, Lisboa, 1982.
- Moraes, João Quartim de. *Liberalismo e fascismo*, in Crítica Marxista, nº8, Editora Xamã, 1999.
- Rosenberg, Arthur. *Democracia e socialismo*. Editora Global, SP, 1986.
- Saes, Décio. "A democracia burguesa e luta proletária", in Saes, *Estado e democracia: ensaios teóricos*. IFCH, Unicamp, 1994.

Augusto Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do conselho de redação das revistas *Debate Sindical* e *Princípios*

A violência urbana e os servidores públicos

HERVAL PINA RIBEIRO



Ambiente é propício ao aumento das arbitrariedades e as idéias privatizantes

Surtos inéditos de violência urbana irromperam nos últimos meses em São Paulo. Além dos danos materiais, houve atentados, ferimentos e mortes de servidores públicos, principalmente de policiais e agentes presidiários.

Sem o que dizer, a imprensa trata a questão da violência como um fenômeno simples. Como nos filmes da série B, que enchem as telas da TV, as figuras do policial valente e a do bandido perverso dominam a cena. Ao fim, o malfeitor acaba morto ou na cadeia. Tranqüilizados, nós, os bons, vamos dormir em paz, certos da necessidade de mais prisões e cadeias e – **porque não**? – de mais mortes de bandidos.

De resto, com indisfarçável oportunismo, políticos da direita propõem o endurecimento da legislação penal e restrições maiores aos apenados, hoje na casa dos 300 mil, número que não inclui os crimes não resolvidos e seus autores em liberdade, estimado no triplo desse número.

E OS SERVIDORES?

Se, como acreditamos, é a ausência de políticas públicas e sociais que causa a insegurança, cabe pautar a responsabilidade do Estado. Não para fazer mais do mesmo – como ter mais celas e presídios e tratar os aprisionados como bichos –, mas para ter políticas que ampliem os direitos sociais. E aí se coloca a questão dos servidores, sejam policiais, agentes presidiários, serventuários da Justiça, educação e saúde.

Qual foi a estratégia da reforma administrativa do Estado brasileiro dos anos 90 com relação a esses trabalhadores? Ao invés de servidores públicos, isto é, da população, quis torná-los agentes do estado, em casta, cujos degraus das "carreiras", hierarquias e gratificações incentivam a divisão e a competição.

VIOLÊNCIA E MEDO

Uma estratégia que ia de encontro aos princípios constitucionais que atribuem aos servidores a condição de trabalhadores assalariados, livres para se organizarem em sindicatos – como se organizaram – na defesa de seus interesses e direitos, como qualquer categoria.

Relatos de violência nos serviços públicos têm vindo à luz, envolvendo servidores e usuários, na condição de autores e vítimas. Há um mal estar visível nessas relações em decorrência da precariedade desses serviços que não poupam nem uns, nem outros.

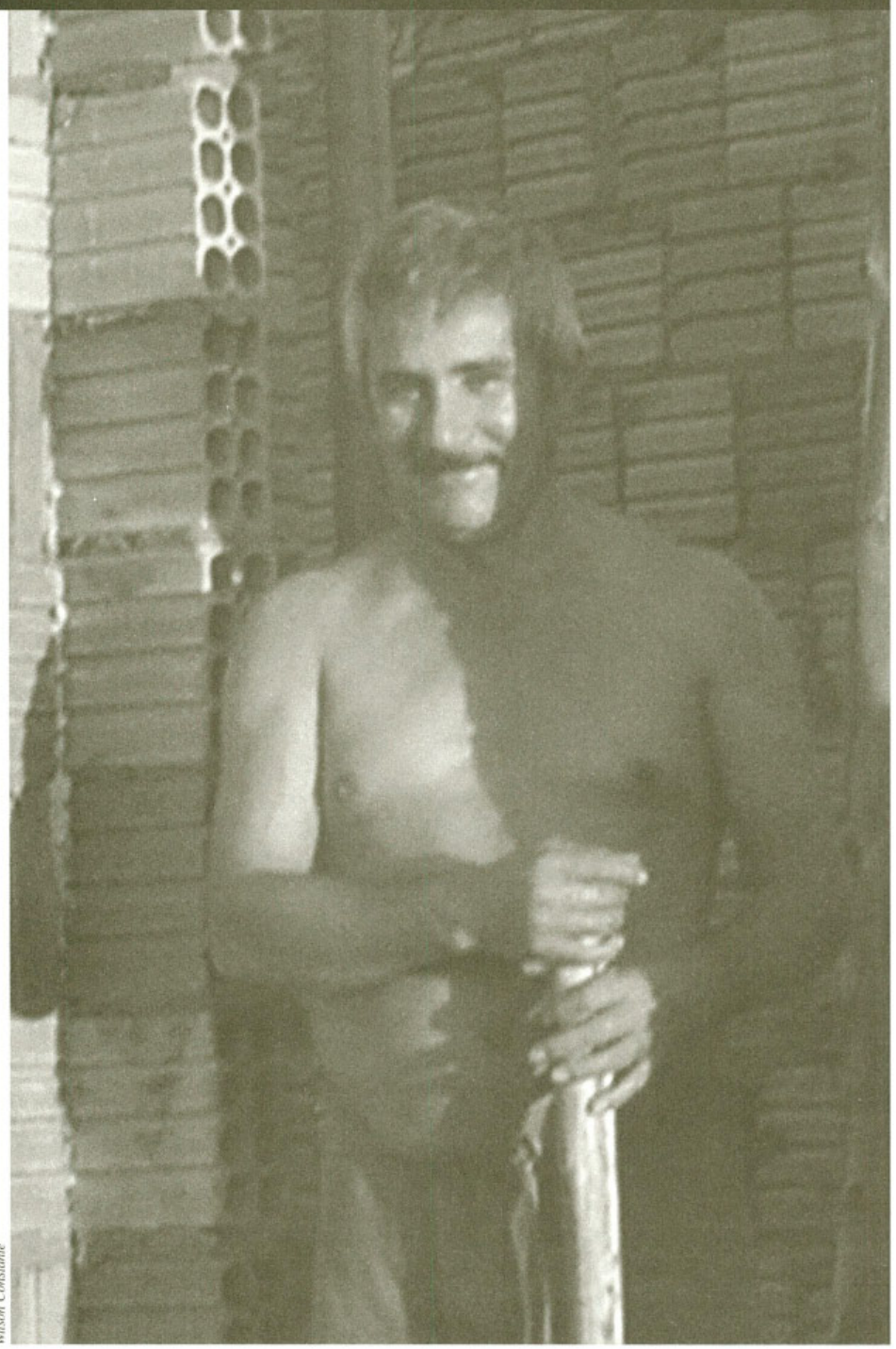
Nem por isso há de se atribuir às duas partes tendências naturais à violência. Impingir esse estigma às pessoas pobres é, em si, uma violência. Há consenso de que os serviços públicos são, em geral, de difícil acesso e de qualidade discutível. Sabe-se, também, da precariedade das condições de trabalho e da baixa remuneração dos trabalhadores públicos.

AMBIENTE PERIGOSO

São ingredientes conhecidos. Traduzem uma política de demolição metódica dos serviços públicos nos últimos quinze anos. Tende a levar à conclusão que um estado que funciona mal deve ser substituído por empresas que possam administrá-los. Privatiza-se a saúde, a educação, a polícia. Porque não os presídios e a Justiça?

A violência de rua de agora serve a muitos interesses. Nem os seus autores diretos percebem. Ao medo inculcado nas pessoas que vivem na periferia, mais sujeitas à violência, soma-se ao medo inculcado nas que moram nos bairros da classe média. Um ambiente propício ao aumento do arbítrio, da própria violência e ao endurecimento do regime.

Herval Pina Ribeiro é doutor em saúde pública e colaborador docente da Universidade Federal de São Paulo



Wilson Constante

Uma proposta para o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema

Num artigo polêmico, o autor critica vários atores presentes numa das regiões mais radicalizadas na luta pela terra e apresenta uma proposta alternativa

ITAMAR CAVALCANTE

Uma região em que a pobreza e a baixa produção são resultantes de uma aliança tácita e cruel entre uma elite rural atrasada, governantes e parlamentares preocupados apenas com a reeleição e/ou manutenção do poder e uma esquerda militante inócua. Este é o Pontal do Paranapanema, extremo sudoeste de São Paulo, e os atores mencionados podem ser traduzidos em nomes e marcas conhecidos como a UDR (União Democrática Ruralista), governo estadual, prefeitos e deputados e a direção regional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Esses atores podem também ser nominados e reconhecidos por suas práticas que explicitam a baixa atividade econômica e o desemprego principalmente dos jovens: a UDR pela improdutividade agrícola, culto à exclusão social e preconceito de classe; o governo estadual do PSDB (doze anos no poder) por total ausência de projetos estruturantes e sustentáveis, substituídos por ações isoladas e inconseqüentes como a construção de presídios, pedágios e distribuição de ambulâncias; os prefeitos e parlamentares por

Cabe registrar os méritos do MST, que soube motivar e organizar as massas,

"obras" efêmeras, desconexas e triviais como reformas e construções de pontes e escolas, aquisições e doações de ônibus e ambulâncias; e a direção regional do MST pela incapacidade de empreender ações produtivas e ordenadoras do desenvolvimento sustentável junto aos assentamentos de reforma agrária.

EXCEÇÕES LOUVÁVEIS

O governo federal, mesmo que em grau menor, também tem sua parcela de responsabilidade. Uma administração popular, em se tratando de uma região marcada pela reforma agrária, deveria ter investido em projetos estruturantes e fruto de planejamento estratégico. Ao contrário, investiu também em ações pontuais como melhoria e reforma de infra-estrutura em assentamentos, em que se destaca um relevante programa de habitação popular. Louváveis socialmente, essas ações, no entanto, passam ao largo do grande problema dos assentamentos e da agricultura familiar na região: a ausência de sistemas integrados de produção agroindustrial, de arranjos produtivos, capazes de melhorar a geração de renda e empregos.

Qualquer investimento agrícola na região tem de começar avaliando a real condição financeira do produtor rural

É óbvio que há exceções a esse quadro vicioso. São os casos de alguns fazendeiros produtivos e progressistas, prefeitos e parlamentares com alguma visão estratégica e líderes do MST pragmáticos e com ascensão e reconhecimento das massas. Mais do que isso, no entanto, e principalmente para não dar impulso às elites reacionárias e inimigas da justiça social, é preciso afirmar que a reforma agrária no Pontal do Paranapanema, apesar dos entraves produtivos mencionados, está no caminho certo. Ou não é um sucesso assentar 6 mil famílias, reverter um gravíssimo êxodo rural na região, propiciar chão, casa, leite, carne, ovos, frutas, verduras a famílias que estavam na periferia de cidades, à margem de estradas?

Ou não é uma vitória da reforma agrária tirar da decadência municípios que apresentavam ano a ano perda populacional e de renda? Mirante do Paranapanema, por exemplo, que tem a maior concentração de assentamentos (37), tinha perdido metade da população em apenas duas décadas. Antes da reforma agrária, em 1994, o município arrecadava R$ 1,8 milhão. Hoje, como resultado da reforma agrária (que foi o único investimento realizado nos últimos dez anos), recuperou seu contingente populacional (20 mil) e já arrecada quase R$ 14 milhões anuais. E aqui é preciso afirmar que os méritos maiores dessa revolução são do MST, que soube motivar e organizar as massas, fazer as ocupações e forçar os governos a desapropriar as terras públicas e improdutivas. Além do MST, é de justiça registrar antes o pioneirismo do governador Franco Montoro e, posteriormente, o compromisso social de Mário Covas.

fazer as ocupações e forçar os governos a desapropriar as terras improdutivas

Décio Camiotto

ALTERNATIVAS CONCRETAS

Diagnóstico feito, salvo melhor juízo e análise, vamos ao que se exige de quem critica – a apresentação de alternativas capazes de alterar a realidade. Além da mencionada inexistência de investimentos sistêmicos, uma questão em particular tem sido desconsiderada nos projetos de investimentos no Pontal envolvendo a produção em geral, e mais especificamente a agricultura familiar e a reforma agrária: a extenuação e a baixa fertilidade dos solos agrícolas. Lembre-se que os latifundiários da região, além de grilarem as terras públicas, submeteram-nas durante décadas a práticas deletérias como a total supressão da cobertura florestal (inclusive com o emprego de desfolhantes químicos) e a "formação" de pastagens "morro-abaixo", desestruturando os solos e assoreando os cursos d'água.

Programa de Biodiesel lançado pelo governo Lula pode estimular a implementação de uma nova revolução no campo brasileiro

Não considerar essa limitação estrutural tem levado a fracassos expressos em desperdício de recursos, baixas produtividades e inadimplências bancárias. Um exemplo mais do que explícito na última safra: os pequenos agricultores captaram recursos públicos para plantar mandioca que, à época, mantinha preços em torno de R$ 230 reais a tonelada. Um ano depois, época de colheita, além da baixa produtividade por hectare, os atravessadores (não há fecularias na região) ofereciam apenas R$ 40 a 50 reais por tonelada. Resultado: a maioria preferiu nem sequer efetuar a colheita e ficar inadimplente com o Banco do Brasil. E nessa condição de inadimplência estão hoje 90% dos assentados do Pontal.

Portanto, qualquer investimento agrícola na região tem de começar avaliando-se a capacidade financeira do produtor de efetuar as correções mecânicas do solo (adequação de estradas, implantação de curvas de nível e terraços, bacias de contenção de águas pluviais, proteção de nascentes e cursos d'água). Em seguida, avaliar-se os recursos necessários para a recuperação biológica dos solos (calcareamento, adubação, adoção de práticas culturais adequadas – plantio direto, adubação verde, rotação de culturas, reaproveitamento de resíduos, etc.).

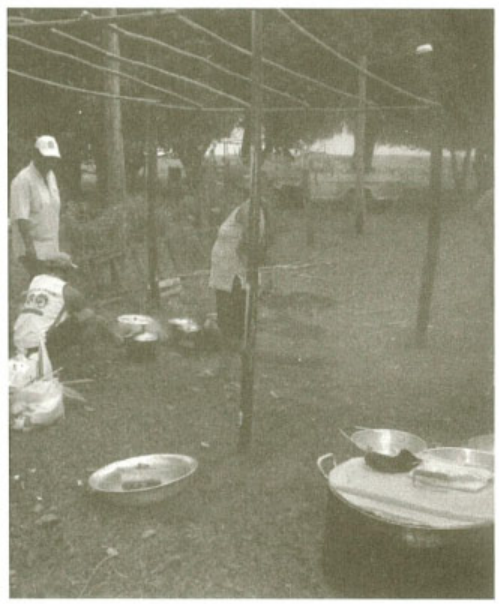
É preciso tirar dos usineiros e dos grupos econômicos, nacionais e mundiais, o monopólio da produção de biodiesel

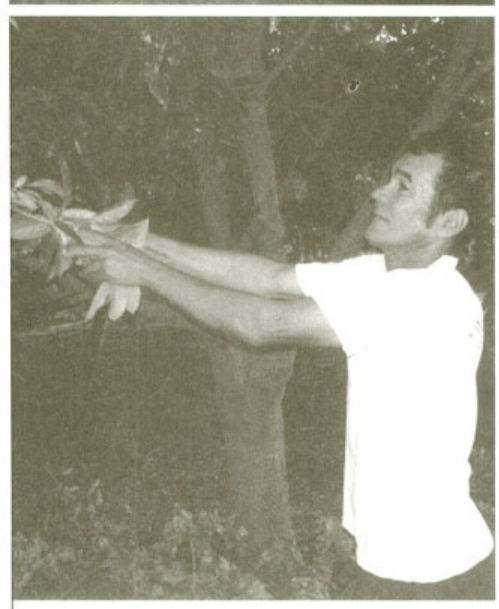
PROGRAMA DE BIODIESEL

Nesse sentido, estamos convencidos de que o lançamento pelo governo Lula do Programa de Biodiesel pode estimular a implementação de uma nova revolução no Pontal do Paranapanema. Pensamos o biodiesel não como um fim em si mesmo, mas como componente de um novo e integrado sistema produtivo agroindustrial focado na agricultura familiar.

Concebido para os pequenos, de forma a minimizar os efeitos desastrosos das grandes usinas de cana, esse sistema teria a biomassa como matriz energética e a agroecologia como base filosófica. Incluiria práticas na cadeia de óleos vegetais e cana-de-açúcar que potencializassem o aproveitamento e a agregação de valor a produtos e resíduos. Pensamos o sistema prevendo a implantação de pequenas indústrias para esmagamento das oleaginosas integradas na mesma planta de minidestilarias de cana. Lembre-se de que a forma convencional de produzir biodiesel prevê, até 2013, a adição ao diesel de 2% de óleo vegetal, além da adição de 10 a 30% de álcool.

Wilson Constante





O Pontal do Paranapanema é uma vitória da reforma agrária, ao tirar da decadência municípios que apresentavam ano a ano perda populacional e de renda

Em relação a minidestilarias, é preciso ressaltar que, quase na surdina e ainda sem nenhum efeito prático, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou em janeiro do ano passado uma lei proposta pelo PV que "estimula a implantação de microdestilarias de cana e aproveitamento de derivados". Estão previstos incentivos fiscais, pesquisa e garantia de assistência técnica. Em passos lentos, como de praxe acontece quando se trata de beneficiar os agricultores familiares, também tramita no Congresso Nacional uma iniciativa semelhante.

Para produzir óleo, por exemplo, tem-se como subprodutos, além dos restos de cultura no campo, a torta, casca, caroço e palha de mamona, pinhão-manso, algodão, girassol e amendoim. Podem ser empregados na geração de ração e adubos orgânicos. A mamona, por exemplo, cultura mais indicada para o biodiesel e para agricultura familiar, não pode ser empregada como ração animal. Em compensação, a sua biomassa tem essencialmente nitrogênio, fósforo e potássio. Ao fazer o acoplamento da minidestilaria, poderemos ter além da produção de álcool e de açúcar convencional, os seus subprodutos: rapadura, açúcar mascavo, cachaça, vinhoto, bagaço, levedura seca e melaço. Com os três últimos, por exemplo, efetuados alguns processamentos industriais, tem-se a formulação ideal de uma ração (fibras com o bagaço, proteínas com a levedura seca e energéticos com o melaço). Ideal para animais em geral, ela é especialmente indicada para vacas e cabras, aumentando em até 30% a produção de leite. Apesar da produtividade de 3º mundo de 4 litros por vaca/dia, o leite ainda é a principal fonte de renda dos assentados e dos agricultores familiares no Pontal do Paranapanema.

Portanto: a nossa proposta é indisfarçadamente ideológica. Tirar dos usineiros e dos grandes grupos econômicos, nacionais e multinacionais, o monopólio da produção de biodiesel. O que pretendemos também é refrear a concentração de terras e de renda e a destruição da biodiversidade na região, o que certamente ocorrerá se não houver freios ao avanço das grandes usinas, com a implantação da monocultura de cana. Sem se falar nos riscos e pressões sobre os assentados da reforma agrária e sobre os acampamentos do MST e de outros movimentos que lutam pela distribuição das terras. Defendemos o fomento à reforma agrária e à agroecologia, além do direito de produzir dos agricultores familiares, sem que precisem vender ou arrendar suas terras para as grandes usinas.

Com a palavra os candidatos ao governo do estado!

Itamar Cavalcante é jornalista, mestre em ciência ambiental pela USP e ex-secretário da Reforma Agrária do município de Mirante do Paranapanema

filme

Pelo sagrado direito de enterrar os filhos

MÔNICA SIMIONI

Mais do que um filme sobre a luta contra a ditadura militar no Brasil, "Zuzu Angel" (Brasil, 2006) traz às telas o drama dos familiares de militantes assassinados que lutam há cerca de 30 anos pelo direito de enterrar os corpos de seus filhos que lutaram contra a repressão. Dirigido por Sérgio Rezende – o mesmo de "Guerra de Canudos" e "Lamarca" –, o longa estreou em grande circuito nacional em agosto.

Patrícia Pillar interpreta a protagonista, Zuleika Angel Jones, estilista brasileira conhecida internacionalmente por criar modelos inspirados na natureza brasileira. Em 1971, seu filho Stuart Edgar Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi preso no Rio de Janeiro por agentes da repressão e torturado até a morte. Ele tinha 26 anos. A partir de então, Zuzu iniciou uma dura jornada pela localização do seu corpo. Depois de cinco anos denunciando e confrontando o governo – inclusive com sua moda –, ela é assassinada.

Segundo o "Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964" – relatório produzido pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (Ieve) e Grupo Tortura Nunca Mais –, depois de um dia sofrendo inúmeras sessões de tortura, Stuart "foi amarrado à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono". Ao final, seu corpo foi jogado ao mar.

Nesse período, centenas de brasileiros foram mortos por lutarem contra a ditadura. Muitos atuaram na guerrilha urbana – no MR-8, na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e na Ação Libertadora Nacional (ALN), por exemplo. Outros foram agir diretamente na guerrilha rural, como os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na Guerrilha do Araguaia (PA).

Boa parte destes corpos continua desaparecida ainda hoje. Apesar do esforço dos familiares, pesquisas em arquivos abertos da polícia e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e das sessões na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, pouco avançou a localização e identificação de ossadas. Além disso, parte da documentação da ditadura permanece inacessível.

O Brasil precisa fazer justiça e enfrentar a verdade. Outros países que também enfrentaram ditaduras militares – até mais cruéis – já resolveram ou estão avançando na direção desta dívida histórica, como Chile, Argentina e Uruguai.

Mônica Simioni é jornalista e integrante da coordenação estadual do IMG/SP

internet

A memória do trabalho

CLÁUDIO GONZALEZ

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (FGV), em parceria com o Ministério do Trabalho, o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp e diversos pesquisadores, está desenvolvendo um projeto intitulado "memória do trabalho", que busca resgatar a história dos trabalhadores, de suas lutas e de suas contribuições para a construção do país.

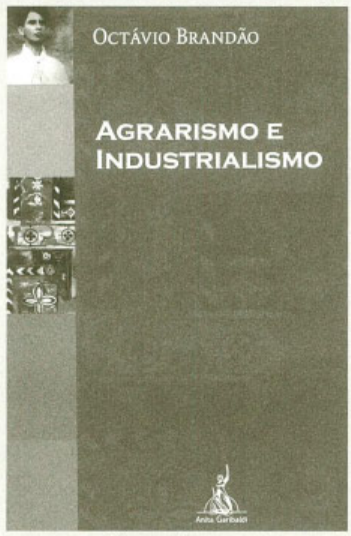
A FGV criou um site no qual disponibiliza informações detalhadas sobre os objetivos e as etapas do projeto. O endereço é: *http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/memoriadotrabalho*. O projeto prevê uma exposição itinerante intitulada "trabalho e trabalhadores no Brasil". Inaugurada em maio, em São Paulo, ela deve percorrer nove capitais.

Também está prevista a realização do concurso "Memória do trabalho no Brasil", além de um ciclo de debates com o tema "Trabalho e trabalhadores no Brasil". O projeto prevê ainda a implementação de uma política de recuperação e organização dos acervos documentais do Ministério do Trabalho e a elaboração de um "Guia de fontes e pesquisa sobre trabalho no Brasil".

Segundo o texto de apresentação do projeto, o objetivo de todas estas iniciativas é proporcionar à população uma oportunidade de reflexão sobre a importância do trabalho na constituição do país, permitindo-lhe o acesso a uma ampla variedade de acervos gerados pela classe trabalhadora. Os projetos serão avaliados por uma comissão de dez representantes de instituições de pesquisa, órgãos públicos e entidades da sociedade civil ligadas ao mundo do trabalho.

Cláudio Gonzalez é jornalista, membro do portal Vermelho

Uma obra pioneira do marxismo brasileiro



Agrarismo e industrialismo.
Octávio Brandão.
Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2006

POR AUGUSTO BUONICORE

A Editora Anita Garibaldi acaba de relançar uma obra fundamental do pensamento político brasileiro: *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil.* Ela é considerada a primeira tentativa de interpretação marxista do Brasil. Seu autor é Octávio Brandão, um dos principais dirigentes e ideólogos do jovem Partido Comunista do Brasil na década de 1920.

"A 28 de julho de 1924, os revoltosos evacuaram a cidade de São Paulo. O governo Bernardes delirou com a 'vitória'. Os pequenos burgueses urbanos ficaram muito desanimados... No fundo da sala de jantar, sentado no primeiro degrau de uma escada de ferro, ouvi a narrativa da derrota e, serenamente, comecei a escrever Agrarismo e Industrialismo". Assim, o autor descreveu o início da produção da obra que teria um impacto decisivo na vida do Partido Comunista do Brasil naqueles primeiros anos. Mas somente em 1926 ela seria publicada, trazendo como autor Fritz Mayer e a informação de que teria sido editada na Argentina. Tudo isso foi feito com o objetivo de despistar a polícia brasileira.

Brandão procurou, pela primeira vez, apresentar a dinâmica da revolução brasileira, o papel das diversas classes e construir uma estratégia adequada para o movimento comunista ainda em formação. O livro *Agrarismo e Industrialismo* teve, entre outras coisas, o mérito de compreender a importância do conflito que se travava entre a oligarquia latifundiária (os agraristas) e os setores vinculados à indústria (os industrialistas). Para enfrentar o agrarismo dominante, ele propôs a constituição de uma frente única envolvendo o proletariado, a pequena–burguesia e até mesmo a burguesia industrial.

O jovem intelectual comunista tinha a convicção de que ocorreria uma terceira revolta tenentista e que esta seria uma conseqüência das duas revoltas anteriores (1922 e 1924). As contradições que geraram aquelas conflagrações continuavam de pé e se agravando. Tendo em vista as particularidades da primeira etapa da revolução brasileira, os comunistas a definiram como "revolução democrático-pequeno-burguesa". Baseavam tal formulação na destacada participação política que as classes médias urbanas, através do movimento tenentista, vinham tendo nos sucessivos movimentos revolucionários.

Foi dentro desse esquema teórico-político que Astrojildo Pereira, secretário-geral do PCB, elaborou o relatório sobre a situação brasileira, que foi enviado a Internacional Comunista em 1928. Escreveu ele que "a situação econômica e política do país (...) faz prever uma conjuntura francamente revolucionária, que resultará da coincidência dos seguintes fatores: 1) crise econômica resultante de uma catástrofe na política cafeeira; 2) crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial no Brasil (1930); 3) possibilidade de uma repetição de um novo 5 de julho".

Este parágrafo demonstra a capacidade teórica e política que tinham adquirido aqueles comunistas. Eles, por exemplo, previram a crise revolucionária de 1930 e apresentaram uma estratégia bastante ajustada àquela situação. Mas, em 1929, o movimento comunista pendeu perigosamente para a esquerda. As idéias de Brandão sobre a terceira revolta e a política de aliança foram acusadas de serem antimarxistas e antileninistas. A partir de então, abandonou-se a proposta de aliança preferencial com a pequena-burguesia urbana, através do tenentismo.

As reflexões originais sobre a formação econômica e social brasileira foram abandonadas e substituídas por esquemas mais rígidos, que não correspondiam a nossa realidade. O resultado foi que quando, em 1930 chegou a esperada "terceira revolta", os comunistas estavam desarmados teórica e politicamente.

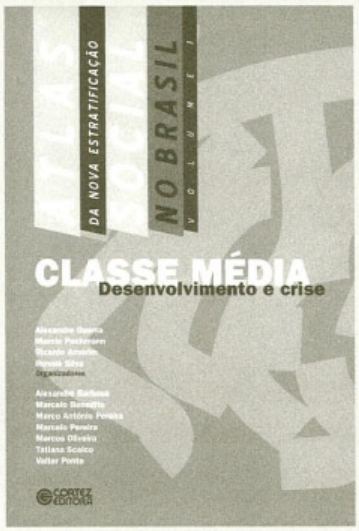
Augusto Buonicore é historiador e membro do conselho de redação da revista Debate Sindical

As oscilações da classe média

A chamada "classe média", esse segmento social bastante gelatinoso, volta a causar inquietação na política brasileira. Recentemente, o compositor e cantor Chico Buarque esculhambou a postura reacionária desta parcela que apela à repressão policial e "manda tocar fogo na favela", apavorada com a violência urbana. Já as pesquisas eleitorais revelam certa simpatia deste extrato pela candidatura de Geraldo Alckmin, homem ligado à seita fascista Opus Dei e adepto de um programa ultraliberal de redução do papel do Estado.

Mas, afinal, o que pensa esta tal classe média? Por que ela é tão oscilante nas suas opções políticas? Uma instigante e rica resposta a estas indagações se encontra no livro "Classe média: desenvolvimento e crise", organizado pelo economista Marcio Pochmann, entre outros. De imediato, a obra reconhece os obstáculos para a conceituação deste segmento. Recorrendo à história, o livro lembra que no passado a chamada classe média era mais identificada com a pequena burguesia, formada por pequenos proprietários rurais e urbanos.

Com o avanço da industrialização e urbanização do país, o conceito ficou mais complexo. Os segmentos médios da sociedade cresceram com o processo de crescente assalariamento. Na sua composição passaram a ser incorporados os critérios como renda, consumo e escolaridade. Nesta conceituação bem mais ampliada e controvertida, o livro chega a estimar que atualmente haja no país 15,4 milhões de famílias de classe média, o equivalente a 31,7% do total de famílias brasileiras.



Classe média: desenvolvimento e crise.
Marcio Pochmann (org.).
Editora Cortez,
São Paulo, 2006

POR ALTAMIRO BORGES

Segundo os autores, esta expansão também foi vítima da guinada neoliberal. "A partir da crise da década de 1980, com a adoção de medidas recessivas e choques inflacionários, seguidos, nos anos 1990, por políticas neoliberais de abertura comercial e financeira, a classe média sofreu as conseqüências da semi-estagnação econômica, do desemprego e da queda de renda. A conseqüente perda de status da classe e as dificuldades crescentes do mercado de trabalho cada vez mais competitivo impactaram diretamente suas aspirações de ascensão social". A insegurança virou rotina neste segmento, o que ajuda a explicar as suas oscilações.

A classe média foi afetada na sua materialidade. "Em 2000, estima-se que menos de 3/5 do total da classe média ocupada estava associada ao emprego assalariado, enquanto em 1980 eram mais de 2/3. Há um misto de desassalariamento e expansão de micro e pequenos empreendimentos... É por conta disso que a década de 1990 marca precisamente o rompimento do padrão de reprodução da classe média assalariada. Ganha maior ênfase o conjunto de ocupações vinculadas à existência de algum meio de produção e à posse de propriedade privada, como no caso dos micro e pequenos negócios ou de atividades autônomas".

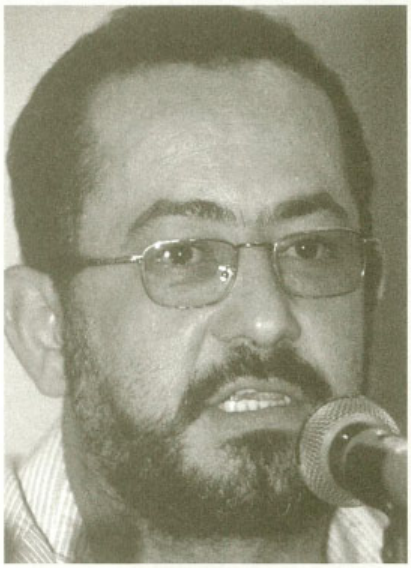
Estas mudanças objetivas tiveram reflexos na sua subjetividade. "Os significados políticos dessa mutação são perceptíveis e se fazem sentir na vitalidade com que segmentos importantes da nova classe média repudiam o Estado e jogam o peso da crise sobre o excesso de direitos e de 'encargos' sociais... Por outro lado, a nova classe média proprietária volta-se ao consumo das elites, mostrando-se profundamente reticente a qualquer forma de nacionalismo... Enquanto encolhe a renda da baixa e média classe média, a alta classe média 'cola' no processo de financeirização e reestruturação da gestão do Estado e das empresas".

Ao final, o livro chega a um veredicto inquietante. "Esse quadro reforça a posição tradicionalmente conservadora desse grupo em luta pela manutenção das suas regalias. E isso torna a classe média uma aliada dos grupos dominantes do país, da 'elite do poder'... É quase como o mito da caverna: alia-se ao discurso conservador em detrimento da compreensão mais profunda do país concreto e, por isso mesmo, só observa sombras da realidade".

Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical

O que devemos esperar da CUT?

WAGNER GOMES



Passividade apenas favorece objetivos dos inimigos da classe trabalhadora

Na seqüência do seu 9° Congresso Nacional, a CUT está diante de velhos e novos desafios. No plano interno, ressalta a necessidade de exercitar a democracia, que é o oxigênio da unidade e não combina com condutas hegemonistas. A carência de democracia dificulta o convívio entre as diferentes correntes e, conseqüentemente, conspira contra a unidade cutista.

Adquire também maior relevância a reafirmação da autonomia e independência da central em relação a governos e partidos políticos. A eleição de Lula em 2002 constituiu inegavelmente uma grande vitória política da classe trabalhadora e do sindicalismo, nomeadamente da CUT.

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

É igualmente justo o apoio à reeleição de Lula, contraposto ao perigo de retrocesso configurado na candidatura Alckmin. As ações de uma central sindical não devem ficar circunscritas ao plano econômico e corporativo, conforme sugere a ideologia dominante com a vã pretensão de afastar os trabalhadores dos embates políticos. Ao mesmo tempo, é necessário zelar pela autonomia e independência da CUT.

Não convém confundir nossos objetivos com os do governo, nem fechar os olhos às diferenças e contradições que têm surgido concretamente na abordagem das reivindicações do funcionalismo (que amargou anos de congelamento salarial), dos direitos previdenciários ou da política econômica (ainda predominantemente influenciada pelos interesses do capital financeiro), entre outras coisas.

VIGILÂNCIA COTIDIANA

De acordo com seus estatutos, a CUT representa os interesses imediatos e futuros da classe trabalhadora. Não procede a acusação de que é uma central "chapa branca", como quer a direita ou a extrema-esquerda. Porém, a independência é uma questão que se decide na prática (e não apenas no discurso) e que vai continuar demandando vigilância e luta cotidiana, especialmente na hipótese da reeleição de Lula.

Ao lado da democracia e da autonomia, a central deve acentuar uma marca que lhe conferiu credibilidade no meio operário: a combatividade e a firmeza na orientação das lutas, o que hoje implica uma politização crescente das mobilizações e em geral da nossa intervenção no cenário nacional. As batalhas sindicais, por si só, não bastam. É necessário defender um novo modelo de desenvolvimento, fundado na soberania e na valorização do trabalho, em aliança com o conjunto dos movimentos sociais e as forças progressistas.

LUTA PELO DESENVOLVIMENTO

Isto não se faz sem uma acirrada luta ideológica e política, já que o pensamento dominante na sociedade, ditado pelo capital financeiro, vê na depreciação do trabalho uma alavanca para o crescimento, apesar da experiência histórica indicar o contrário.

A retomada de um ciclo de crescimento sustentado e robusto requer a recuperação do mercado interno através da (re) valorização do trabalho, começando por um aumento substancial do nível de emprego. Os interesses dominantes, guiados pela lógica capitalista do lucro máximo, são um obstáculo nesta direção. Só a luta pode abrir caminho às mudanças que os trabalhadores e a nação reclamam. A passividade não é boa conselheira e favorece os objetivos dos inimigos da classe trabalhadora.

Wagner Gomes é vice-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

ASSINE HOJE MESMO

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "Encruzilhadas do sindicalismo"

CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R$ 30,00

Nome

Endereço

Bairro CEP

Cidade Estado

Telefone(s)

Fax

Profissão

Correio eletrônico

FORMA DE PAGAMENTO:

☐ Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 993, conj. 209, Bela Vista, CEP 01317-001, São Paulo - SP, no valor de R$ 30,00

☐ Depósito em conta corrente nº 207423-0, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante via fax para 11 3106-0700)

☐ Cartão

☐ Credicard ☐ Visa

Número .....

Validade .....

F/NAZCA S&S

BAHREIN

MALÁSIA

AUSTRÁLIA

SAN MARINO

EUROPA

ESPANHA

MÔNACO

INGLATERRA

CANADÁ

EUA

FRANÇA

ALEMANHA

HUNGRIA

TURQUIA

ITÁLIA

CHINA

JAPÃO

BRASIL

COM GASOLINA PETROBRAS, TODO CIRCUITO FICA MAIS FÁCIL.

BR PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

A GASOLINA DA EQUIPE WILLIAMSF1.